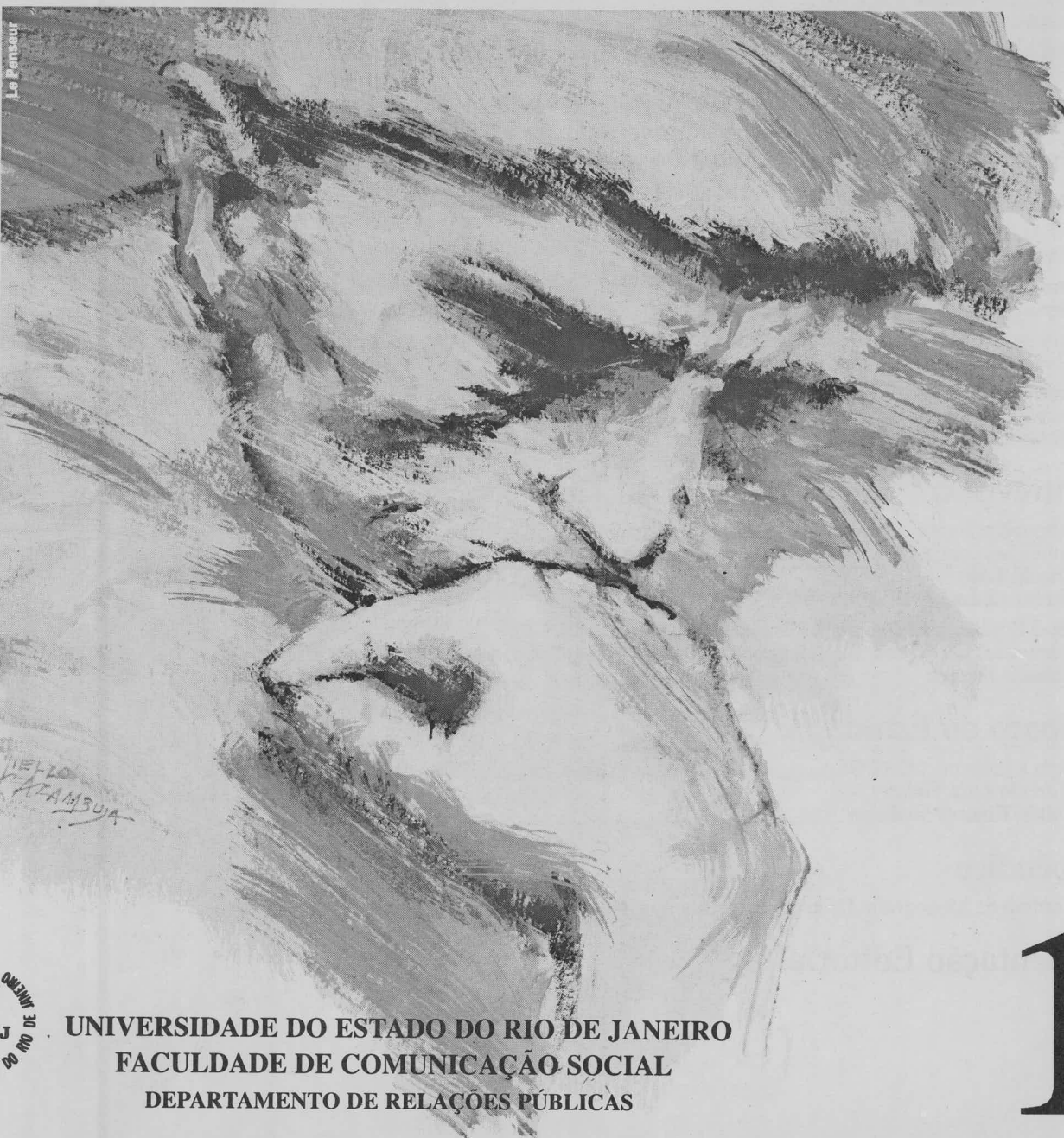


LOGOS

COMUNICAÇÃO & UNIVERSIDADE

ANO 1 Nº 1 - 2º SEMESTRE/90



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

1

SUMÁRIO

Apresentação	3
Editorial	4

Artigos

• Contar a História ou Agradecer? E Agora José?	5
<i>Roberto Fonseca Vieira</i>	
• Universidade e Reforma	6
<i>Muniz Sodré</i>	
• A Universidade e o Saber — A Conciliação do Contraditório	7
<i>Luiz Fernando P. Santos</i>	
• Avaliação Institucional e a Construção de uma Universidade Dialogal/Transformadora	9
<i>Angela Vieira Esteves</i>	
• Comunicação e Universidade	
<i>André Lázaro</i>	
• Relações Públicas a Serviço de uma função social da Universidade: A Extensão como Caminho	14
<i>Roberto Fonseca Vieira</i>	
• Saúde Pública e Comunicação: Alternativas na extensão universitária	16
<i>Ricardo Ferreira Freitas</i>	
• Integração de Teoria e Prática Profissional: O Escritório-Modelo de Relações Públicas	18
<i>Paulo Alves Barbosa</i>	
• Implantação da Coordenação de Pesquisa e Documentação em Comunicação e Mercadologia: Reflexão sobre a oportunidade da sua implantação	21
<i>Manoel Marcondes M. Neto</i>	
• No Ar, Telejornalismo Universitário	22
<i>Silvio Júlio Nassar</i>	
• Jornalismo Literário	23
<i>Héris Arnt</i>	
• Projeto Rede: O Desafio das vagas ociosas nas Universidades Públicas	25
<i>Thereza Lúcia I. Bonente</i>	
• Prestação de Serviços à Universidade: o Departamento de Relações Públicas da FCS aperfeiçoa os servidores no atendimento ao público	26
<i>Manoel Marcondes M. Neto</i>	

Entrevistas

• Comunicação Social e Vida Acadêmica: Transparência Universitária	26
Entrevista com o Prof. Isac João de Vasconcellos, Sub-Reitor de Graduação da UERJ	
<i>Eneida Leão</i>	
<i>Thereza Lúcia I. Bonente</i>	
• SR-3 Em busca da Integração Universitária	28
Entrevista com o Prof. José Henrique Withers Aquino, Sub-Reitor para Assuntos Comunitários	
<i>Cláudia França</i>	

Espaço do Estudante

• Com a Palavra... CACOS	29
<i>Marcelo Luiz Ficher</i>	
<i>Flávio Tavares Siciliano</i>	

Apêndice

- Resumo de Monografia Discente Premiada no Concurso ABRP/SP — 1990

Orientação Editorial

Ato de luta

O surgimento de uma nova revista científica reflete, no mínimo, a opção ousada, cada vez mais necessária, de expor à crítica e ao debate as idéias e o saber produzidos nos centros de pesquisa. Mas quando essa revista surge, como sinal de contradição, num período de crises articuladas que humilham as nossas Universidades, o evento representa também uma afirmação vital de resistência. A revista Logos, que a Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro aqui apresenta em sua primeira edição, tem, portanto, o significado de um ato de luta.

Mas é, também, um importante avanço qualitativo no cenário brasileiro do ensino e da pesquisa da Comunicação. Uma publicação científica que se propõe ao entendimento e à análise pluralista dos problemas emergentes da Comunicação, e que nasce com a vocação de superar limites intelectuais, contribuirá, inevitavelmente, para o aperfeiçoamento do ensino e da pesquisa. E em plano mais imediato, para a revitalização intelectual do corpo docente da UERJ.

Mas o papel de maior relevância que Logos tem a desempenhar é o de se constituir meio de expressão e intercâmbio de idéias e experiências entre pesquisadores da área de Comunicação. Por essa via, contribuirá, igualmente, para o desenvolvimento da sociedade brasileira, carente de modelos e práticas de Comunicação que sirvam à causa da democracia.

A Intercom sente-se honrada por terem os editores de Logos decidido lançar a sua revista durante o XIII Congresso Brasileiro de Pesquisadores da Comunicação, acolhido pela própria UERJ. E deseja que não falem à nova publicação, mais do que o apoio material por parte de quem tem o dever de dá-lo, a perseverança, a responsabilidade científica e a criatividade dos que, nos vários territórios disciplinares das ciências humanas, estudam, ensinam e pesquisam Comunicação nesta Universidade.

Manuel Carlos Chaparro
(Presidente da Intercom)

Editorial

Por que logos?

A pontar a idéia de universalidade da comunicação humana e a diversidade de formas que ela assume caracteriza um pensamento-síntese propulsor da criação da revista LOGOS. Ainda que difícil o intento de sistematizar experiências múltiplas nos quadrantes de um periódico, não é de todo ambicioso o esforço de oportunizar um veículo capaz de: provocar reflexão, integrar experiências de comunicação e educação, divulgar produção científica, fomentar a realização de projetos de vanguarda cultural e provocar o diálogo (da teoria com a “práxis”, dos homens entre si, da razão com a emoção).

LOGOS já tem uma história, antes de ser revista, na Faculdade de Comunicação Social da UERJ. Outrora existira LOGOS Jornal Informativo da FCS, de iniciativa do Departamento de Relações Públicas, que atendia a um público mais restrito, pode-se dizer, mais familiar, cumprindo a função de ser espaço de notícia dos acontecimentos da FCS (sobretudo) e da UERJ. Quatro números marcaram a sua existência. Desativado, deixou a memória de uma iniciativa acadêmica de tentativa de diálogo institucional. O título, hoje, assume um novo corpo e uma proposta nova.

A representação — título LOGOS propõe-se a ser uma simbologia de resgate do diálogo aliado à razão (inteligência), entre os homens, na vida comunal.

No erigir da civilização ocidental, no berço da cultura clássica, encontra-se o pensamento cultural grego traduzido na retórica de filósofos e oradores afamados, que se constituíram em parâmetros vivos de pureza de espírito, lógica, clarividência e genialidade para os povos, na sucessão das épocas. Lá o homem da sociedade informatizada se inspira e encontra oportunidade de silenciar para refletir, no turbilhão da “Era do Stress”. A Pós-Modernidade, como se convencionou hoje caracterizar o atual momento histórico, reedita princípios do pensamento clássico em várias iniciativas, ditas até de vanguarda.

Na concepção de Academia de Platão, nos seus Diálogos e naquele contexto cultural, LOGOS desvela a sua essência primeira. Longe de desejar se constituir num instrumento caleidoscópico e massificado de informações, ou no extremo oposto — num “desideratum” científico para a pouquíssimos servir — LOGOS, na pós-modernidade do mundo atual, pretende espelhar (inicialmente, narcisicamente) o “rosto” de uma academia nova — a Faculdade de Comunicação Social da UERJ, para expor sua potencialidade, criatividade e operosidade (sem falsa modéstia), de forma a deflagrar ações de conhecimento e intercâmbio numa perspectiva que se quer multidisciplinar e interacadêmica.

A face da LOGOS, que se emoldura com a escultura de Rodin, na beleza de “Le Penseur”, cumpre etapa da filosofia norteadora que a concebeu, dando “tônus” essencialista e clássico à idéia de conhecer e dialogar, que se complementa no traçado moderno, vigoroso de linhas retas e projetadas do “design” do seu título, assim, temos a LOGOS NA PÓS-MODERNIDADE. Em essência, “transpiram” as humanidades inspiradoras: na inserção histórico-concreta flagra-se a contemporaneidade que caracteriza o espaço de reflexão cuidadosa com os desafios do “continuum” da vida cidadã e dos foruns maiores de estudo e trabalho.

LOGOS, RELAÇÕES PÚBLICAS e MEMÓRIA

Conselho Editorial da LOGOS*

O departamento de Relações Públicas da Faculdade de Comunicação Social da UERJ caminha a passos largos em prol da concretização dos seus projetos; que contemplam a essência do que o departamento entende ser uma ação séria e responsável do exercício da profissão de relações públicas: o agir compromissado com um dimensionamento ético das demandas da sociedade.

A visão acadêmica reinante entre os docentes do departamento de Relações Públicas da FCS/UERJ, parece manifestar-se de modo uníssono no envidamento de esforços de auto-capacitação, entrosamento pedagógico, espírito de equipe e diálogo constante.

A realização da revista LOGOS é o resultado do alcance que uma boa idéia pode ter, quando encontra “eco”: incentivo, reconhecimento, reforço positivo e afetivo de alguns em benefício de outros.

Somos poucos, mas nos multiplicamos na boa vontade e na reafirmação da crença que podemos ser e ter as pessoas e a faculdade, que nos dispusermos a construir. Esforços diários não são poupados para conquistar adeptos: do trabalho, do ativismo acadêmico, da produção científica criteriosa, dos humanismos capazes de operar a derrubada dos pré-conceitos e das posições facciosas.

À caminho da comemoração dos 5 anos de existência da FCS/UERJ (em 02/06/91), o departamento de Relações Públicas reconhece e homenageia aqueles que são pilares da história da faculdade, e recorda também que é origem dessa memória, pois foi o primeiro departamento de comunicação social a existir no contexto da UERJ, antes mesmo do nascimento da faculdade como unidade autônoma. Sem falsos proselitismos, há que se destacar que não se constitui memória fidedigna negando precedentes históricos e evidências documentais de uma época.

LOGOS, como revista acadêmica de iniciativa do departamento de Relações Públicas, já se configura memória de idéias, estudo e trabalho, além de refletir um momento próspero e fértil do desenvolvimento do pensamento científico e da vida institucional da faculdade: uma nova Academia surge reunindo diversidade de idéias, sabores e iniciativas.

Somos um pouco de história e apreciamos as narrativas que valorizam o caminhar daqueles que constróem e insistem em edificar (superando tropeços e refletindo nos acertos) realidades novas, antevendo necessidades e possibilidades das gerações vindouras, abrindo a porta do futuro para aqueles que hão de sedimentar a construção legada e reinventar o porvir.

SOMOS AS NOSSAS IDÉIAS e BUSCAMOS VIVÊ-LAS BEM.

UERJ, 5 de setembro de 1990.

**Angela Vieira Esteves*

Manoel Marcondes M. Neto

Paulo Alves Barbosa

Ricardo Ferreira Freitas

Roberto Fonseca Vieira

AGRADECER É INSUFICIENTE, PORÉM INADIÁVEL E GRATA TAREFA

Angela Vieira Esteves

Coordenadora da Revista LOGOS

A coordenação da revista LOGOS sente-se no grato dever de manifestar o seu reconhecimento a cada um e a todos, que envidaram esforços para a concretização do periódico.

O somatório de idéias, talentos e boa vontade de diferentes pessoas possibilitou a realização de um projeto acadêmico e de um anseio, cuja única quimera foi ser concebido.

O que poderia ser um distante ideal de estudo e trabalho ganhou forma pelo “voto de crédito”, largueza de visão e incentivo de alguns, pelo despojamento pessoal inusitado de poucos, pela grandeza de espírito de outros, pela capacidade de trabalho de todos que anteviram a obra em construção, e foram operosos; pela sensibilidade no sentir e manifestar acolhimento daqueles que não temeram ser empáticos.

O clima de afetividade e troca de experiência de todo o processo de trabalho, estabeleceu uma senda de respeito mútuo, crescimento individual e grupal, e capacitação profissional; além de possibilitar a legitimação da filosofia de praticar as relações humanas. Uma bandeira foi empunhada: o resgate do senso de humanização para os parâmetros de racionalidade da nossa cultura, que a LOGOS desvelou na concepção da sua essência enquanto projeção do pensamento no ato da criação humana.

O carinho, a admiração, a gratidão e o respeito meu por vocês:

● Professores Isac J. Vasconcellos e J. Henrique W. Aquino, Sub-Reitores de Graduação e Assuntos Comunitários da UERJ;

● Prof. M. Chaparro, Presidente da INTERCOM;

● Eng.º Mario Neto, Diretor-Presidente da FLEXOR;

● Professores: Muniz Sodré (UERJ); Roberto Fonseca Vieira, Diretor da FCS/UERJ; Luiz Fernando P. Santos, Vice-Diretor da FCS/UERJ; Ricardo Ferreira Freitas, Chefe do Dept.º de RP/UERJ; Paulo Alves Barbosa, Sub-Chefe do Dept.º de RP/FCS-UERJ; Manoel Marcondes M. Neto, Coordenador de editoração/Dept.º de RP; João Pedro Dias Vieira, Coordenador de editoração/Dept.º de Jornalismo; Silvio J. Nassar (JN/FCS-UERJ); Hérís Arnt (JN/FCS-UERJ); André Lázaro, Chefe do Dept.º de Teoria da Comunicação/FCS-UERJ; Thereza Lúcia Bonente; Maria Lúcia Vieira Martins (CEFET); Maria do Carmo Badú Carvalho (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro); Zilka de Faria Vieira e Lélia Modesto R. Corrêa (Pedagogia e Letras, Revisoras Técnicas de Editora de Livros Científicos).

● Ex-Aluna e alunos da FCS/UERJ: Eneida Leão; Marcelo Ficher (RP); Flávio Siciliano (JN); Claudia França (RP); Sergio Celane Pinheiro (RP) (menção especial).

● Profissionais da editoração: Jurandir Santos (Projeto Gráfico, diagramação e acompanhamento gráfico/Prelo Assessoria de Imprensa); Heron Santos (montagem); Monica Reis e João Pedro Vieira/Prelo (revisão da composição); R&J Fotocomposição (composição); Salim Abi-Haila (Maison Graphique Editora, Artes e Impressões Ltda.), Lielzo Azambuja (capa) e Vila (Arte das ilustrações da revista).

Contar a história ou agradecer?

E agora José?

***Roberto Fonseca Vieira**

2 de junho de 1990! A Faculdade de Comunicação Social completava o seu quarto ano. Será que ela já tem história? Acho que sim. "É preciso contar a sua história. A Faculdade de Comunicação Social já tem um passado. Quem vai contá-lo? Lógico, a história será melhor contada por quem participou de sua criação. Mas quem? Eram cerca de nove professores. Sim, ótima idéia! O Roberto Vieira era um desses nove. Ele vem exercendo o mandato de Diretor. Ele deverá ter tempo. Decidido. Roberto Vieira vai escrever a "História da FCS". Assim me é dada a tarefa. Faço um exame de consciência. Por que eu? Outros companheiros, também, participaram tão intensamente dos trabalhos de criar e manter a FCS. Ah, sim, sou o Diretor. Este é o ônus que deva arcar por ter assumido esse compromisso com a comunidade que me elegeu. Vamos então cumprir a tarefa. Novo óbice. Não tenho perspectiva. Os fatos passados nos últimos 4 anos estão muito próximos, historicamente, falando. É como descrever um quadro, de uma distância muito curta. Pior! Sinto-me inserido no contexto. Opto, então, para não fugir ao encargo, por recordar cronologicamente os fatos mais relevantes, até porque, tenho que pensar na era IPCS (Instituto de Psicologia e Com. Social). Nova dúvida. A relevância de um fato é determinada subjetivamente. Não tem importância. Vou fazê-lo assim mesmo. Outros também o farão, e a soma, em um futuro um pouco mais remoto, será a história da FCS..."

Vou parar aqui. Pois, ligaram a TV. Vai ao AR "40 anos de TV no Brasil". Gente! Tenho que correr, pois ainda vou pensar em alguns agradecimentos. Mas agradecer o quê e a quem. Ah! Já sei, é o pessoal que ajudou a realizar o "INTERCOM-90". Caramba! Isto, está inserido na história da FCS, mas depois eu conto.

É hora de agradecer. Que dúvida! E agora José? De que forma, e em que ordem agradecer a todos que colaboraram, de uma maneira ou de outra, para a realização deste Congresso no Rio? A Margareta, em conversa com a qual surgiu a

idéia; à Sonia, que com o seu tremendo dinamismo comprou e enriqueceu esta idéia; ao Chaparro, que se entregou de corpo e alma à sua concretização; ao Luiz, que comigo andou alguns quilômetros para tornar possível esta produção; à Angela, que com sua monástica paciência me obrigou a escrever; ao Cândido Teobaldo, ao Manoel Garcia, ao Nelson Speers, e à Thereza Lucia que tornaram possível meu texto; ao Donato, que dati-

lografou várias vezes os originais; ao Barcelos que se preocupou tanto em enfeitar a casa, e a tantos outros que a memória e o espaço deixaram de fora...

Quem colocar na frente quem mais perto do meu

Muito obrigado?

*** Roberto Fonseca Vieira Diretor da Faculdade de Comunicação Social da UERJ**



Universidade e reforma

Muniz Sodré

Os discursos críticos da educação universitária no Brasil têm-se ressentido de uma cautelosa pausa para reflexão sobre o significado hoje do ato de ensinar. Atribui-se como que uma “natureza” (algo eterno e essencial) ao processo pedagógico e, sobre esse pressuposto congelado, constróem-se modelos de democratização do saber, reivindicam-se tecnologias de transmissão, postulam-se universidades.

Como no **Gorgias**, de Platão — que contém os fundamentos da educação no Ocidente, apresentando a **paideia** como a suma da felicidade humana — acena-se hoje com um supremo bem educativo, mas sem o **pathos** platônico nem a convicção de bom conhecimento do “bem” que se apregoa.

A questão educacional tem, certo, graus diferentes de complexidade, segundo os níveis de abordagem. No caso da Universidade, porém, depara-se de saída com um problema básico: a separação quase radical entre a vida ativa (do ponto de vista das relações de trabalho) e vida acadêmica.

Trata-se de um grande problema. De fato, nenhuma instituição escolar é moralmente neutra. Ela é um lugar de hierarquização social e de disciplinamento de crianças e adultos, seja a serviço da produção econômica, seja em benefício das ordenações político-sociais. A relação pedagógica, a qualidade do ensino são variáveis dependentes de estados históricos do Poder.

Ora, pode acontecer que, em determinados momentos, o Poder simplesmente prescindia da qualidade de ensino, pelo menos de um certo ensino. No Brasil de antigamente — até a década de 60 —, quando os políticos traçavam com relativa autonomia as grandes linhas da vi-

da social, a educação acadêmica reinava, soberana, sobre a formação das elites e dos quadros dirigentes. Conta-se que a Universidade do Brasil foi inaugurada às pressas no Rio, então capital federal, só para dar a um visitante ilustre, o rei da Bélgica, a prova civilizatória das elites locais. A ação social “esclarecida” pressupunha um certo nível de formação escolar humanista.

Hoje, numa sociedade que tende a ser orientada por **managers**, é preciso considerar a informação em geral — e não apenas a educação **strictosensu** — como principal elemento a ser convertido em ação, isto é, a se tornar processo de decisão. Novos tipos de saber-poder (**marketing**, planejamento, computação, técnicas de dinâmica urbana, etc.) permeiam a sociedade moderna sem a liderança da escola. Ao mesmo tempo, as relações tradicionais no interior das instituições pedagógicas, enquanto aparelhos disciplinares, estão sendo bastante abaladas pelos modernos dispositivos audiovisuais, a famosa “escola paralela”, anunciada por teóricos como Mac Luhan.

Isto não implica aceitar as profecias milenaristas de “fim da escola”. Mas faz abrir os olhos para o fato de que o sistema da produção e do consumo, sob o influxo da tecnologia e da ciência dos países mais desenvolvidos, determina cada vez mais as linhas de formação dos recursos humanos, conseqüentemente da educação em suas diversas formas. E também chama a atenção para o fato de que soluções educacionais específicas (nacionais) para situações particulares representam insumos econômicos e políticos imprescindíveis. O campo da informação e da cultura — onde tecnologia avançada já integra a produção de idéias — é hoje avaliado como o mais dinâmico da sociedade ocidental.

As nossas reformas educacionais, principalmente as universitárias, vivem de traslados de respostas dadas por países ricos a questões específicas de seus mercados de trabalho. As ciências exatas e a

tecnologia adaptam **know-how** externo; as ciências sociais e humanas censuram os valores culturais autóctones. E uma das conseqüências do “traslado” de formas é a perda do vigor que as dinamiza nas sociedades de origem. Veja-se o exemplo da nossa ciência econômica oficial: ainda se alimenta de um discurso teórico, típico da ideologia desenvolvimentista dos anos 50, com ênfase no progresso econômico puro e simples.

Do ponto de vista de organização dos campos do saber, as instituições permanecem defasadas, presas ao modelo universitário de Humboldt, que preconiza o isolamento de cada ciência em compartimentos estanques — as unidades docentes sem intercomunicação na tarefa de investigação e de ensino. A interdisciplinaridade só existe em nível especulativo, na cabeças de pensadores dispersos.

Enquanto isso, na “vida ativa”, um banal satélite de exploração de recursos naturais (Earth Resources Technology Satellite) da NASA transmite dados que dizem respeito ao mesmo tempo à geografia, cartografia, mineralogia, agronomia, demografia, meteorologia; etc. A análise dos dados é um trabalho transdisciplinar, sem barreiras acadêmicas à intercomunicação dos saberes: uma verdadeira prática universitária **extramuros**.

Em resumo, educação não é apenas questão de **verba**, mas também de **verbo**, ou seja, de redefinição prática e teórica da relação pedagógica à luz da problemática contemporânea do saber, de reorganização do espaço universitário (com abertura para o extra-universitário), de experimentação de discursos. Abrindo-se, através da reforma, para as novas perspectivas da “contabilização” do real, é provável que a Universidade deixe de se converter em usina de desempregados não contabilizados.

*Muniz Sodré é professor universitário (UFRJ), jornalista e escritor.

A universidade e o saber — a conciliação do contraditório

**Luiz Fernando Santos*

1. A origem das Instituições Universitárias — a cidade medieval

Na Europa, e por extensão na história da civilização ocidental, a Idade Média é o período de eclosão das formações urbanas. Após o ano 650 d.C., aproximadamente, cessa o fenômeno do despovoamento que havia caracterizado a Baixa Antiguidade e assistimos ao florescimento dos povoamentos rurais, acompanhados pela criação de novas cidades. No século XI, explode o grande “boom” demográfico e a eclosão de novos burgos proliferam por toda Europa Medieval. É nessa época que as cidades afirmam sua força como concentradoras dos poderes existentes, num mundo ainda predominantemente rural, das pequenas vilas de camponeses nas cercanias dos palácios-fortalezas.

Vários fatores e vocações configuram a criação de novas cidades: o religioso, o estratégico e, principalmente, o econômico. Eventualmente, podemos encontrar na origem da cidade medieval alguns destes fatores primordiais isoladamente, porém a razão econômica surge sempre em todas elas.

Após o ano 1000 d.C. novos elementos incrementam a expansão urbana: o progresso da agricultura que fomenta a comercialização de seus produtos em mercados, as trocas comerciais em flagrante expansão criam a necessidade de produtos artesanais e, finalmente, com o acelerado crescimento da população rural e dificuldades de sua acomodação nos arroteamentos, provoca um grande êxodo rural em direção às novas cidades.

Sejam de forma deliberada ou espontânea, as cidades medievais no seu nascimento e durante seu desenvolvimento já antecipam e projetam, por meio da estrutura de suas instituições, um quadro semelhante ao dos Estados modernos. Configura-se nesta cena a estratificação e a sedimentação da aliança entre a religião e o poder central, além do aparecimento de várias instituições com res-

paldo jurídico legal, como as conhecemos no Mundo Moderno.

Neste ambiente, a origem e o desenvolvimento de duas instituições nos interessam particularmente, para prosseguirmos neste enredo: a Universidade e as Corporações.

As **Corporações** surgidas no século XI e XII, são, claramente, instituições que prenunciam a divisão social do trabalho, e, mais importante, aparecem como fomentadoras de uma reserva de mercado para mão-de-obra especializada. Para Jacques Le Goff “o século XIII é o século das Universidades porque é o século das corporações”.

A palavra **Universitas** — segundo Pierre Bonassie¹ “começa por designar a própria coletividade urbana, com suas liberdades e o seu governo autônomo; aplica-se depois à comunidade dos trabalhadores de um ofício reunidos em corporações; define, finalmente, o grupo específico dos trabalhadores intelectuais”. Ainda citando Bonassie² “Orientando-se progressivamente para a formação de legisladores e administradores, a Universidade passa a ser controlada de forma **cada vez mais estrita pelo Estado**; uma a uma, vai deixando suprimir suas liberdades. Oferecendo, por outro lado, um ensino excessivamente especializado e cada vez mais formal, deixará passar no século XV a oportunidade de renovação humanista, que, no essencial, se realiza fora dela”.

Ora, seria desnecessário avaliar o percurso histórico das Universidades com mais vigor, para entendermos as vinculações no mundo moderno da Universidade, esta imensa instituição tecno-burocrática-administrativa, com o Estado.

2. O que é o saber?

A Universidade tem sido citada como “o lugar por excelência da transmissão e geração de saberes, capazes de produzir transformações sociais, no sentido lato, positivas e conseqüentes”. Os diversos saberes que constituem o “corpus” do conteúdo primacial da Universidade, sistematizados e codificados, sejam de origem interna ou externa, e que caracterizarão e fundarão sua própria razão de

existir. Portanto, assinalamos aqui esta inferência: a Universidade e o Saber tem uma contigüidade necessária e essencial.

Porém, o que é o Saber?

Entendido em um sentido amplo, o saber é “um contato com a realidade com o fim de discriminá-la”; no entanto, este sentido de “saber” não é preciso. Além de um “contato com a realidade”, o saber para se constituir requer outros elementos; tendência a uma objetivação e universalidade; tornar consciente o que se sabe; **atitude crítica e interrogativa**. Esta atitude desempenha um papel importante, porque o pensamento crítico e interrogativo surge como conseqüência da superação de duas atitudes insuficientes e opostas entre si: “a atenção a vida” (conhecimento das afecções dos objetos sobre o sujeito) e o mero “sonho”. A “atenção a vida” sublinha a pura presença; o “sonho”, a simples ausência. A atitude crítica e interrogativa, em troca, inclui ambos opostos e os integra e é neste âmbito que se dá, ou pode se dar, o saber.

Como descreve Ferrater Mora⁴ “...o saber é, como adverte Platão, um definir, portanto, consiste entre o que é e o que parece ser, uma averiguação daquilo em que consiste o que é: a essência. Para Aristóteles, um conhecer, porque a coisa examinada é como é, conhecimento da essência não só como conteúdo da definição, mas como se constitui essencialmente o objeto”, ou prosseguindo “...ao mesmo tempo, permite reconstruir o objeto e efetuar uma completa demonstração de seu ser verdadeiro”. Ainda, segundo Ferrater Mora, “...o saber pode também ser, e aspira sobretudo a ser, **um ater-se a realidade mesma**, uma fuga daquela abstração dissecando continuamente o saber efetivo e completo, uma caminhada até o concreto. O saber se desvia de sua preocupação pela idéia verdadeira do objeto e se aplica a verdade do real: não importa tanto a verdade como realidade mesma. Daí o desenvolvimento do saber como um sentir e a conseqüente história do saber entendido como uma afecção ou como uma impressão — (La durée de Bergson, Spinoza, etc...) — e concluindo —”... o “saber se antes era instrumento para conheci-

mento da idéia verdadeira, agora é instrumento para o conhecimento da verdadeira realidade”.

Assim inferimos que não existe saber desvinculado do real, ou por outro lado, o “saber científico” não pode em hipótese nenhuma descartar-se da atitude crítico-interrogativa. Portanto, falar de um “saber crítico” é redundância e se não fora assim, o saber seria meramente “bom-senso”, “senso comum”, etc., um saber que se constituiria em uma friabilidade, sem efeitos no real, um saber descartável, “one way”.

Se fôssemos afirmar uma ontologia do “saber”, necessariamente, ressaltaríamos estas características ou imâncias, seu caráter crítico e o seu vínculo com o real.

3. A conciliação do contraditório

Supomos que, pelo exposto, estaria fundada uma contradição intransponível entre as Instituições Universitárias, consideradas suas razões arcaicas de reprodução de dominação e um “saber” vigoroso, crítico-interrogativo.

Louis Althusser⁶ assinala que há uma diferença fundamental entre Aparelho de Estado (AE) e os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE). O primeiro, que compreende o governo, a administração, o exército, a polícia, os tribunais, as prisões, etc..., funciona através da repressão e os AIEs funcionam através da Ideologia. Devemos assinalar também, que segundo Althusser, tanto o AE como os AIEs, funcionam tanto através da repressão, como da ideologia. O que marca a diferença é que o Aparelho do Estado funciona predominantemente através da repressão e, secundariamente, pela Ideologia. Diversamente, os Aparelhos Ideológicos do Estado funcionam primordialmente pela Ideologia.

É importante... podem ser... importante assinalar que as instituições que constituem os AIEs **públicas ou privadas**. Porém, O que importa é o seu funcionamento e que também, freqüentemente, é que estas podem ser não somente o meio; mas, também, o lugar da luta de classes e, ainda, citando Althusser⁶ “...que o Aparelho Ideológico de Estado que assumiu a posição dominante nas formações capitalistas modernas, após uma violenta luta de classe política e ideológica contra o antigo Aparelho Ideológico do Estado dominante, é o aparelho ideológico escolar”. Como já havíamos apontado nas vinculações originárias das origens das Universidades.

Aqui já aparece com nitidez, o que anteriormente esboçamos: a instituição Universitária que reproduz as relações de

produção, ou relações de exploração do estado dominante e sua convivência com o saber que se pretende um desvelamento do real, ou daquele real. Também já abordamos que não é possível um saber neutro, que não há neutralidade possível no conhecimento científico. Em sua transmissão ele é mediatizado pelo Ideológico.

Sem dúvida, que o processo de transmissão de saberes na Instituição Universitária é um sistema informacional. E o que é uma ideologia do ponto de vista informacional? Segundo Edgar Morin⁷ “...é um sistema de idéias feito para controlar, acolher, rejeitar a informação...”. Para Morin, se a ideologia é **teoria**, estaria aberta ao questionamento, porém se assume o perfil de doutrina ela se torna — a ideologia — fechada a qualquer informação não — conforme. A informação e a ideologia política estabelecem entre si uma relação desintegradora e repulsiva. Uma informação nova, pode provocar, eventualmente, uma desintegração parcial ou total de um sistema de idéias — doutrina — ideologia política.

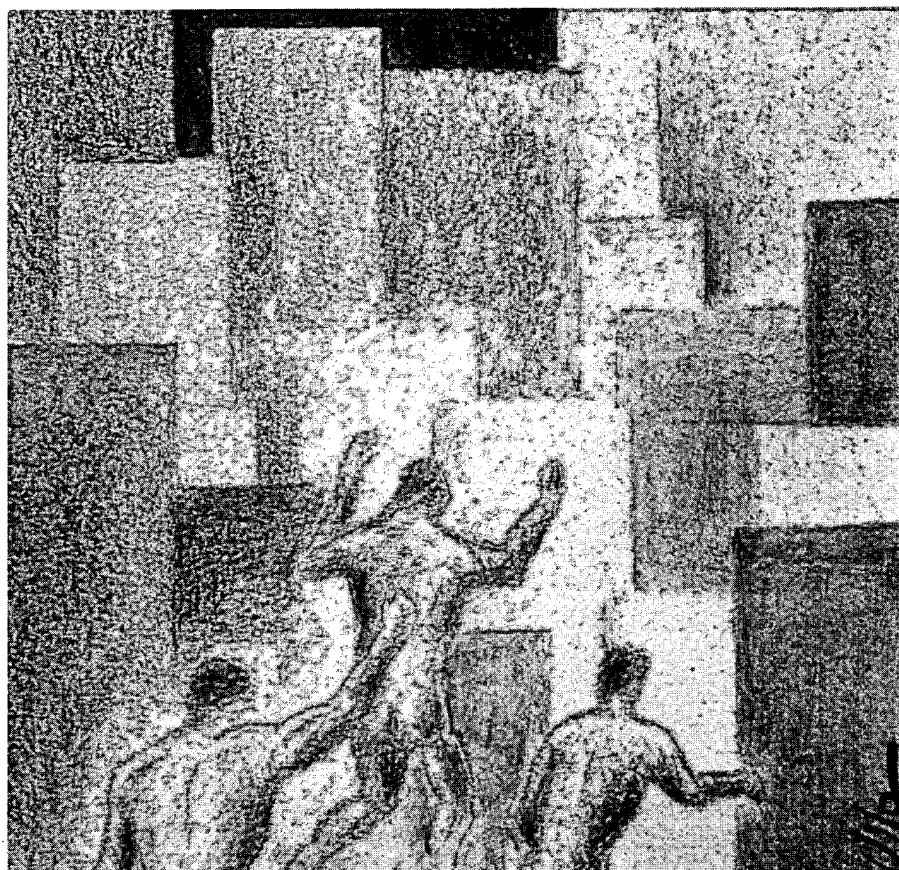
A informação é um aparecimento do real na idealidade, “...o real e o novo irrompem sempre na teoria e na crença sob a forma de desregramento e ruptura...”⁸ A informação é o antídoto para a tendência

da teoria se fechar na doutrina. Voltamos a frisar que esta intermediação entre o real e sua transmissão é imediatizado por um sistema de idéias — um corpo ideológico refratário ao novo — que é expressão e reflexo da Instituição Universitária. Assim quando a ideologia firma sua primazia no sistema informacional estará desqualificando o real, dissolvendo as referências do discurso teórico, fundando o simulacro. Neste processo, a vetusta, arcaica e totalitária Instituição aceita o “novo” que faz desaparecer a novidade e que normatiza a diferença.

*Luiz Fernando P. Santos — Graduado em Psicologia e Comunicação Social; Vice-Diretor e Professor do Departamento de Teoria da Comunicação da FCS/UERJ; atualmente é Doutorando em Filosofia da UGF.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 — LE GOFF, Jacques — Os intelectuais na Idade Média, São Paulo, 1988, Ed. Brasiliense.
- 2 — BONASSIE, Pierre — Dicionário de História Medieval, Lisboa, 1985, Ed. Dom Quixote.
- 3 — Idem. op. citada.
- 4 — FERRATER MORA, José — Dicionário de Filosofia, Madrid, 1982, Alianza Ed.
- 5 — ALTHUSSER, Louis — Posições 2, Rio, 1980, Ed. Graal.
- 6 — Idem. op. citada.
- 7 — MORIN, Edgar — Para sair do século XX, Rio, 1986, Ed. Nova Fronteira.
- 8 — Idem. op. citada.



Avaliação Institucional e a construção de uma universidade dialogal/transformadora

* **Angela Vieira Esteves**

"A inteligência brasileira continua sem se dar conta, de modo claro, da transformação da realidade social, exatamente porque se mantém extrínseca a essa realidade. Não é a inteligência do real, ... e sim, de estereótipos — e às vezes sob a forma de arquétipos — produzidos, antes, fora, e hoje, dentro do país."

MENDES, D. Trigueiro

A sensibilização da comunidade acadêmica para a implementação de um **processo avaliativo** em larga escala (como se começa a deflagrar na UERJ) impõe-se numa perspectiva de **gestão democrática da universidade**.

Numa iniciativa harmonizada com a idéia de que a "avaliação leva à tomada de decisão", e que, "à medida que esta se der de forma coletiva haverá uma socialização do poder e por conseguinte, um aumento do compromisso de todos com as decisões institucionais"² a Sub-reitoria de Graduação da UERJ (SR-1) convidou (1989/90) as unidades de ensino, interessadas, a integrar uma comissão de estudos com vistas à elaboração de um **planejamento participativo-integrador** da comunidade acadêmica dedicado ao estudo da ação avaliativa.

Algumas perspectivas de cunho filosófico-metodológico animaram a iniciativa da SR-1 e nortearam o Grupo de Trabalho que se dedicou ao estudo, podendo-se resumir:

— a preocupação com o dimensionamento da importância do ensino superior para a sociedade brasileira através de uma inserção sócio-histórica concreta, identificando os contrastes, desafios e necessidades do momento atual que apontam como papel impostergável — de ser assumido pela Universidade Pública — na formação da **inteligentia** voltada para um resgate da **cidadania real**;

— a construção de um prisma de ação institucional e docente de renovação, produtividade, reciclagem e ativismo, evidenciando uma busca de revisão e aprimoramento do sistema acadêmico, da UERJ, priorizando-se o **auto-conhecimento** da instituição (identificação de deficiências, potencialidades e vocações).

Tais perspectivas norteadoras auxiliaram na definição dos objetivos a alcançar, prioritariamente:

• construir um **paradigma de auto-avaliação** que possa atender às especificidades de cada unidade de ensino;

• implantar um **sistema de avaliação acadêmica** a partir do paradigma construído;

• implementar **políticas institucionais** identificadas através do sistema de avaliação implantado."³

Tal iniciativa de operacionalizar uma **avaliação crítico-participativa** visa, em primeira instância, à **melhoria da qualidade do ensino de graduação**, da UERJ, função da universidade por excelência.

Cabe, aqui, uma reflexão acerca da idéia de **excelência** da universidade.

Pressupõe-se que a sociedade brasileira espera que a universidade (pública) seja capaz de formar recursos humanos que se integrem às suas necessidades sociais e econômicas. Assim imaginando, o **esforço avaliativo** (ora em foco) afirma-se como etapa imperativa à construção de um perfil transformador na conquista da universidade que se quer, por que se faz necessária. A universidade que se quer transformadora evidencia-se, necessariamente, comprometida com a **qualidade**, "a universidade do ensino" (que resgata uma discussão conceitual acerca do binômio ensinar-aprender, implicando na revisão de postulados acerca do tradicionalismo pedagógico na educação formal até a concepção de "modernização" e uso de tecnologias). Uma universidade que produz saber, recria-o, manifesta conhecimento sistematizado, e mantém-se na vanguarda de transformações sociais e culturais, sendo sempre "espaço" de reflexão, estudo e vivências.

A universidade transformadora estabelece canais constantes de **diálogo** — interno/institucional, comunitários, com diferentes segmentos produtivos da sociedade e intercâmbio — realimenta-os num dinamismo que lhe caracteriza o ativismo e o interagir com públicos diversos com os quais não prescinde de aprofundar relações para dar tessitura à sua "**identidade**" conquistada.

A idéia de **universidade transformadora**, aqui em destaque, propõe-se a ser a essência do dimensionamento do que possa ou deva ser a excelência da universidade.

A UERJ é um paradigma de universidade transformadora em construção. É espelho, também, de uma crise da sociedade; é

a própria etiologia da crise, do "modelo" universitário brasileiro, e portanto, busca amadurecer sua **identidade institucional** e a sua **vocação acadêmica**.

Quando a UERJ se aplica numa vivência, para ela historicamente inusitada (dada a amplitude), é possível perceber que emerge uma consciência de que tal experiência (a avaliação institucional) impõe-se como etapa vital ao amadurecimento do seu perfil (institucional) possibilitadora de um assumir de deficiências e vocações que poderão ter, no exercício legítimo do que se entende por **autonomia acadêmica**, um princípio viabilizador de implantação de políticas e metodologias saneadoras e propulsoras de novos cursos de ação.

No decorrer dos estudos preliminares empreendidos, o Grupo de Trabalho para elaboração do Projeto de Avaliação do Ensino de Graduação da UERJ** decidiu-se por examinar experiências análogas, ou seja: universidades que empreenderam idêntico esforço avaliativo, com o intuito de refletir acerca de estratégias de ação e situar o nível de aproveitamento (real) dos resultados, pelas instituições, a fim de dimensionar as possibilidades de contribuição.

Examinando experiências como a da Universidade de Brasília (UnB), Universidade da Bahia, Universidades Europeias (através da leitura de Colóquios Internacionais) e refletindo acerca de Comunicações Sobre o Ensino Superior no Brasil (ex.: CFE/1982), o GT foi construindo a memória dos seus estudos, tornando possível o esforço de levantamento de **indicadores** que constituíram uma "pré-proposta de paradigma" de avaliação que foi oferecida (entre outros estudos e ensaios da SR-1) em seminário interno à comunidade UERJ, desejando, assim, oferecer mais um instrumento de apoio à iniciativa de auto-avaliação às unidades e centros setoriais.

Dificuldades, de diferentes naturezas, foram estimadas para o processo em curso. Exemplificando: manifestações de resistência ao procedimento avaliativo, possivelmente proveniente de falta de tradição de tal experiência e/ou inexperiência, ou, ainda, resquícios autoritários de poder, e/ou ceticismos e temor quanto aos resultados.

Avaliar o ensino de graduação impõe que se examine a estrutura curricular dos cursos em vigor; que se faça a análise do processo ensino-aprendizagem e que se

identifique o perfil das unidades de ensino: seus objetivos e fins educacionais.

Retomando a idéia inicial, da necessidade de **sensibilização** da Comunidade Acadêmica para deflagrar a avaliação das unidades de ensino, configura-se como relevante a evidência de aspectos como: o **esclarecimento** de que a informação coletada não estará a serviço de processos classificatórios ou punitivos; a **divulgação** em larga escala dos benefícios do auto-conhecimento (a ser possibilitado, e em vários níveis); a explicitação do que se examinará sem subterfúgios, como competência técnico-científica (conteúdo) e didático-pedagógica (procedimentos/metodologia) do docente, condições atitudinais na relação estabelecida entre professor e aluno (possibilitando, inclusive, que o docente seja, o maior beneficiário de tal processo, à medida que revê práticas, compara experiências e amadurece uma postura humana, e científica, que se refletirá em sala de aula).

Está em curso uma experiência avaliativa, que aponta um "animus" institucional de busca de caminhos possibilitadores do desenvolvimento da universidade: do conhecimento, do ensino, do diálogo, da interação comunitária capaz de harmonizar suas tradicionais funções de ensino-pesquisa-extensão. Na busca de um redimensionamento da universidade — suas funções/atribuições e responsabilidades — evidencia-se uma preocupação, em realidade, com a formação discente, de modo a constituir um profissional capaz, crítico e apto para interagir no contexto da sociedade, numa vivência que se estima importante de **cidadania ativa**.

Meditando na experiência explicitada, nas idéias destacadas do que se entende por universidade transformadora, e à luz de propostas como: o Documento Preliminar elaborado pelo GT — Política Educacional/ANDES (ag./88) à Lei de Diretrizes e Bases para a Reformulação da Educação Superior (GERES/MEC) — Anteprojeto (set./86), destacam-se como elementos conceituais que devam constituir um corpo de idéias em exame com vistas à **LDB**, no que tange, especificamente, ao **ensino superior**: autonomia acadêmica, gestão democrática e políticas institucionais.

A **autonomia acadêmica** é um princípio maior que urge à Universidade Pública administrar em lato sentido — buscando voltar à sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial para a edificação de sua competência e viabilização de sua(s) vocação(ões) acadêmica(s).

A magnitude do princípio tão propalado da autonomia acadêmica não pode se constituir num discurso vazio, distanciado de uma "práxis" que justificaria, em realidade, a

autogestão e, sobretudo, a autogestão democrática/transformadora da universidade.

A **socIALIZAÇÃO DO PODER** deve exprimir-se através de **gestões democráticas**, num arejamento da estrutura do poder decisório pela mudança de concepção de **representatividade** e **legitimidade** institucional. Os diferentes segmentos da comunidade acadêmica — docentes, discentes, servidores administrativos e, inclusive, representantes comunitários — devem (de fato e de direito) ter representação, integrando órgãos deliberativos, normativos e consultivos das instituições educacionais, como forma de salvaguardar a democratização de acessos à estrutura formal e possibilitar o encontro de soluções a problemas institucionais, como resultado do exercício da ação intergrupal.

A formulação de **políticas institucionais**, entendendo ser por princípio tarefa de exclusiva competência da universidade (respeitados os princípios da descentralização administrativa, autonomia de gestão e regionalização das estruturas formais de ensino), deve:

- salvaguardar as funções de ensino-pesquisa-extensão da universidade, e harmonizá-las com uma prática concebida numa perspectiva de universidade dialogal/transformadora (anteriormente explicitada);

- estabelecer âmbitos, públicos-alvo e meios e modos de divulgação do saber, para o aperfeiçoamento de relações e aprimoramento (real) do conhecimento concebido, e tal dinâmica ser geradora da renovação didático-pedagógica, da metodologia de ensino;

- contemplar com largo incentivo à ocorrência de avaliações (diagnoses/prognoses; formativas/somativas) nas unidades de ensino, primando pelo acompanhamento das experiências em curso, acautelando-se (com os dispositivos normativos que priorizar) em assessorar nas transformações necessárias e desejadas e promovendo medidas equacionadoras para transpor obstáculos em prol da melhoria do ensino de graduação, pós-graduação (lato e stricto sensu), aperfeiçoamento, atualização e extensão universitária;

- valorizar o uso de metodologia de estudos interdisciplinares como forma de resgatar a visão de totalidade humana em detrimento de um saber fragmentário (acerca do próprio homem, como ser de relação e ente do mundo), e ainda, como forma de conceber investigações e pesquisas acadêmicas compromissadas com a função social da universidade, de modo a valorizar o meio (sociedade) e contextualizar docente/discente no todo (comunidades próximas e de âmbito nacional);

- espera-se, finalmente, que uma política institucional voltada para a "excelência" de uma universidade dialogal/transformadora, seja capaz de assegurar o espaço para o exercício de dissidências (sem resquícios corporativos de poder dominante); sendo assim uma política que se respalda numa **filosofia do diálogo**, constituindo-se num caminhar acadêmico que faz da universidade um centro de debates, reflexões e vivências capaz de gerar — num efeito multiplicador — transformações de idéias e ações, e constituir-se (enquanto fórum legítimo de teoria e prática social) num agente de mudanças estruturais da sociedade.

É possível perceber a importância do estreitar do relacionamento entre universidade e sociedade, pela necessidade de inserção no real (sócio-histórico-concreta) para que possam emergir **valores**, indiscutivelmente, **significativos** de se privilegiar numa tentativa de redefinição de rumos do ensino superior, particularmente da **universidade pública brasileira**.

Elege-se, inicialmente, e justificadamente, a questão da qualidade do ensino como ponto nevrálgico de um processo avaliativo, do ensino superior. Entretanto, cabe indagar: que parâmetros de qualidade se deve eleger como desejáveis (à visão renovadora em pauta), e para que públicos-alvo/clientela se deve dimensioná-los? A **avaliação da qualidade do ensino** não implica num reexame cuidadoso de todo o processo histórico-didático (antecedentes/origem e gênese dos contrastes identificados) vivenciado no cotidiano das unidades de ensino da universidade? E tal empreendimento tornar-se-ia fidedigno sem somatório de esforços, sem consciências das responsabilidades recíprocas que o viver comunal acaba por estabelecer? E a universidade não se constitui num exercício de cidadania que, para alcançar a plenitude, dirimir "espíritos facciosos" e resgatar o senso de humanização das relações humanas, não prescinde do **diálogo** constante? Tais **questionamentos-premissas** delineiam um muito do que se tem a caminhar para que a concepção de **Universidade Dialogal/Transformadora** deixe de ser uma retórica concebível para se constituir numa **realidade a ser maduramente alcançada**.

É notória a transitoriedade de valores, o dinamismo das transformações sociais, o impacto e a fluidez de informações diárias no contexto do mundo atual, e que acabam por relativizar propostas de soluções a questões temporais. Entretanto, a **essência**, a relevância dos objetivos da Universidade Pública deve ser atemporal — concebida como sendo a **ética da formação do homem, do cidadão, do profissional**, sobretudo, do "ente" crítico e criador, do "homo laborans", do "homo faber", do "animal socialis".

A explicitação de um referencial básico acerca de uma **filosofia**, a ser consubstanciada numa **política de educação**, certamente impõe-se como necessária; está surgindo, inclusive, no âmbito do Congresso Nacional (um dos foruns de debates e reflexões sobre a questão do ensino superior). Assim considerando, surgem preocupações e votos esperançosos: possam a sensibilidade, o bom senso, a competência técnica dos legisladores, aliados a manifestações de interesses legítimos (de todos os segmentos preocupados com a questão, não apenas do ensino de 3.º grau, mas com o temário educação brasileira) edificar um clima de estudo, investigação e diálogo a fim de se objetivar — com clareza inquestionável — a revisão dos “postulados” do que deva ser a educação no Brasil, a fim de não produzir um farto ementário de legislação de ensino, reeditando-se situações historicamente lamentadas do distanciamento entre leis e práticas educativas.

Imagina-se, ainda, que a dificuldade real de se estabelecer e implementar uma filosofia e uma política de educação de dimensão nacional passa (factualmente) pelas dissensões entre elites intelectuais e seus grupos, que certamente concebem vertentes diversas acerca do que deveria se constituir num Projeto Educacional para o país, capaz de minimizar alarmantes disparidades entre os diferentes segmentos sociais, principalmente, no que tange ao universo do saber e da aculturação.

Evoca-se a visão do Prof. TRIGUEIROS para exemplificar aspectos que dificultam o caminhar para o erigir de um Projeto Educacional de envergadura, capaz de ser deflagrador de transformações que se impõem, principalmente, nos sistemas formais de ensino, reconhecendo-se a **dificuldade de viabilizar a confluência de várias vertentes de idéias, sem um escopo que as harmonize**.

“... Do **ponto de vista científico**, ainda não amadurecemos para o **método interdisciplinar** que continua sendo, entre nós, quase sempre, uma aspiração frustrada. Do **ponto de vista político**, a dificuldade de congregar as várias parcelas do Poder em torno de um projeto unificador derivam de diversas causas — ora o patriarcalismo, que se repete em cada nível e em cada linha de autoridade; ora a projeção mítica do poder tecnocrático sob a égide da racionalidade econômica mal compreendida.

... além e acima desses aspectos do patriarcalismo fragmentário, que decompõe a Autoridade e o próprio projeto nacional, temos a própria substância do patriarcalismo como forma confusa de racionalidade e irracionalidade. Assim é que os Planos de Educação jamais conseguiram imprimir à política da educação a desejada

norma de racionalidade, já que esta é frequentemente interrompida pelas incidências da Autoridade desenvolvida do Príncipe.

... na pesquisa educacional é necessário, antes de mais nada, penetrar no domínio existente. Avaliar a realidade educacional com suas conexões, cada nível de ensino, por exemplo, confrontando com os outros subsistemas econômico, político, cultural etc., todos eles alicerçados pelo sistema social.

Mas é preciso, sobretudo, dispor de meios de investigação destinados a mudar o existente... tais estudos e pesquisas devem emergir de um autêntico processo intelectual, com o máximo de representatividade e diversificação da inteligência brasileira.”

O pano de fundo de toda a presente reflexão, ao estabelecer um **prisma conceitual** acerca de uma **Universidade Dialogal/Transformadora**, é questão da **formação do juízo crítico** e da **consciência libertadora do homem** (de si próprio, de suas mazelas, de seus preconceitos, do seu “falso” conhecer, de sua alienação capazes de malograr o seu auto-desenvolvimento e a perspectiva de auto-realização) tendo na universidade um centro que deva buscar enfaticamente o repensar de caminhos equalizadores de distorções sócio-culturais, pois que se volta para o resgate do saber, que nos recorda a condição humana; estabelecendo metas-ações para ser um espaço de vivências, e do constante refletir acerca da cidadania que temos para a que queremos para o conjunto da sociedade.

A universidade não pode se furtar a exercer uma função social. Fechada sobre si mesma, numa postura de “individualismo institucional isolante”, ela estará se distanciando de sua perspectiva de identidade social. Entende-se que o “saber culto” deva refletir sobre o senso comum, dialogar em vários níveis, possibilitando também o erigir de iniciativas de ação criadora no contexto do intercâmbio entre segmentos comunitários, no “continuum” de experiências da universidade.

Auto-conhecimento é condição indispensável à transformação que se aponta. **Auto-avaliação institucional** é um caminho de auto-conhecimento possibilitador da deflagração da integração de consciências humanas numa práxis de “vita activa”, numa ética prático-moral capaz de desvelar a essência da responsabilidade de se empreender o diálogo (interno e com a sociedade), para a transformação em novos prismas conceituais, sem especulações estéreis, numa ruptura com códigos fechados do saber e agir, dando clareza à ciência, sendo esta decodificada, também, pela sensibilidade, pelo senso de humanização que deve privilegiar o homem enquanto es-

sência e ente capaz de manifestação; reconhecendo o direito de cada indivíduo ao conhecimento, à participação no grupo social, facultando (na prática) um prisma de felicidade, numa dimensão existencial mais realizadora e plena.

A concepção de uma universidade dialogal/transformadora é uma perspectiva de um “vir a ser”, desejado, esperado e a ser conquistado pela universidade contemporânea brasileira, quando do seu amadurecimento institucional, tornando-a uma organização capaz de: assumir papéis, exercer funções/atribuições, prestar serviços, rever parâmetros didático-pedagógicos (elegendo, possivelmente, o ensino ativo centrado no aluno, como paradigma metodológico do experientiar e da aprendizagem centrada na pessoa), difundir saber, oferecer oportunidades de aculturação a públicos diversos, empreender pesquisas compromissadas com o assistir social, o dialogar, sempre, conhecendo as comunidades; enfim, exercendo ações e estabelecendo metas compatíveis com a **identidade conquistada**.

*Angela Vieira Esteves

- Licenciada em Pedagogia/Supervisão Educacional/UERJ.
- Professora da Faculdade de Comunicação Social da UERJ/Departamento de Relações Públicas.
- Mestre, em Fev./87. Dissertação: “Mobilidade Social, Educação e Poder no Brasil (1964-1974)”. RJ, UERJ, ISEBI, 1987, 167 p.
- Doutoranda em Educação Brasileira da UFRJ.
- Autora/Coordenadora do Projeto: “Educação e Comunicação a Serviço da Humanização da ‘Retórica Acadêmica’ (SR-2/SIRECOM/PROPEQ/UERJ) — em andamento.
- Autora/Coordenadora do Projeto Núcleo de Memória e Revista Logos (SR-3 — Sub-Reitoria de Extensão/UERJ).

**GT — Avaliação: Ana Teresa S. Bento de Faria, Angela Vieira Esteves, Célia C. Naghelly, Gustavo Bayer, Ivan Rocha, Lopo Alegria (in memoriam), Pedro Luiz P. de Souza

Referências Bibliográficas:

- 1 — MENDES, Durmeval Trigueiro. Existe Uma Filosofia da Educação Brasileira? Tentativa de Esboço. In MENDES, D. T. (Coord.) *Filosofia da Educação Brasileira*. RJ, Civilização Brasileira, 1985, p. 71.
- 2 — SUB-REITORIA DE GRADUAÇÃO DA UERJ. *Proposta de Programa de Implantação da Avaliação do Ensino de Graduação da UERJ*. RJ. SR-1, UERJ, 1988, p. 5.
- 3 — Idem, p. 5.
- 4 — MENDES, Durmeval Trigueiro. Existe Uma Filosofia da Educação Brasileira? Tentativa de Esboço. In MENDES, D. T. (Coord.) *Filosofia da Educação Brasileira*. RJ, Civilização Brasileira, 1985, p. 57-63.

Comunicação e Universidade

**André Lázaro*

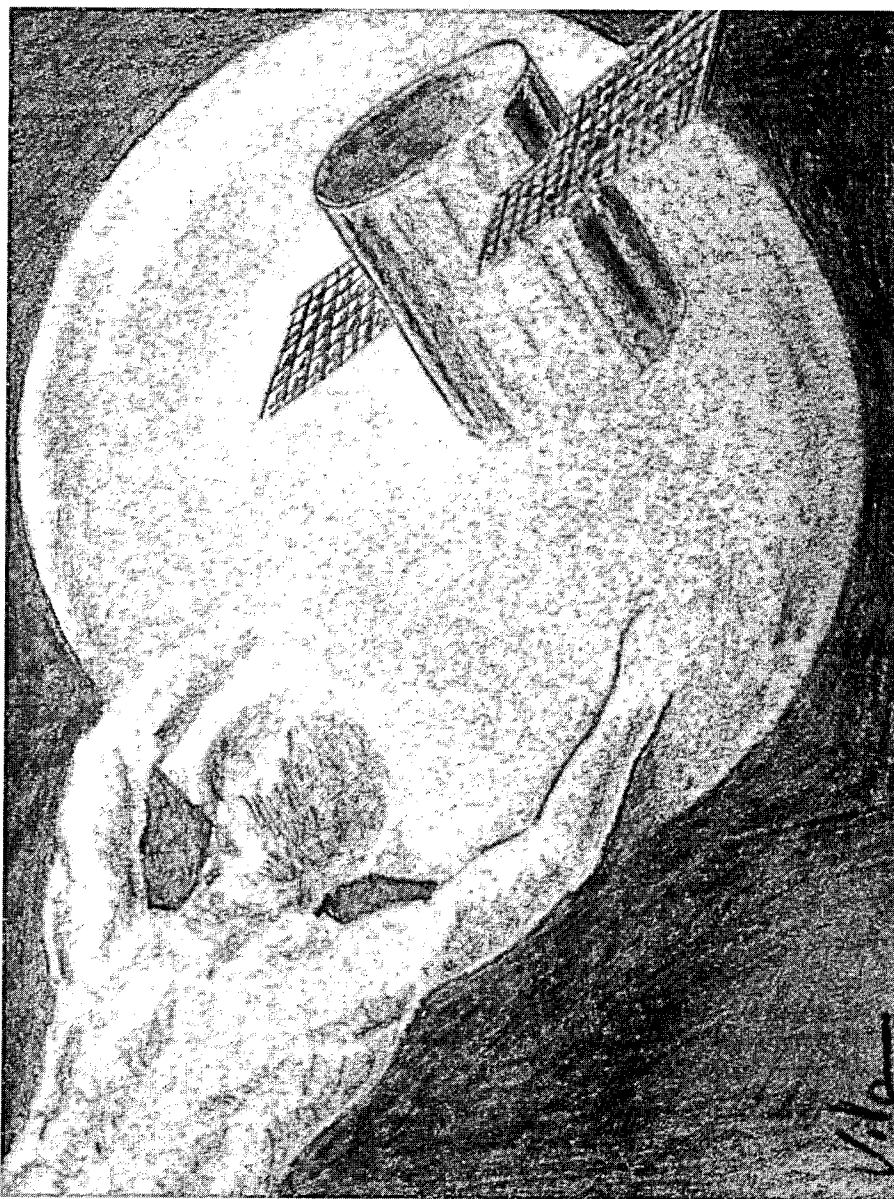
1 — Não há dúvida de que a atividade de produção, estocagem e distribuição de informações adquire significados estratégicos nas sociedades contemporâneas a ponto de se caracterizar a sociedade pós-moderna como aquela que gira em torno da informação. Informação e comunicação são, portanto, dois conceitos decisivos para o exame do que se passa no mundo de hoje e das perspectivas que se abrem para o mundo futuro, se é que haverá mundo futuro. Se houver, ele certamente estará cada vez mais ocupado na produção, armazenagem e distribuição de informação. Não apenas informações científicas, base de "know-how", mas também informações culturais, repertório decisivo para o homem dito comum construir sua identidade e reconhecer o significado das práticas em que está imerso e nas quais se realiza. Se a modernidade pode ser lida com a ruptura com a tradição, a pós-modernidade se apresenta como a reinvenção de tradições, fugazes, é certo, mas nem por isso menos decisivas para garantir a coesão das tribos e grupos em que se esfacelam as sociedades industriais. Dito desta forma parece que queremos exorcizar a pluralidade; mas não: a multiplicidade de informações permite a liberdade das escolhas e promete a autonomia dos sujeitos, se estes forem capazes de reorganizar as tradições e dar-lhes um novo sentido. Desafios tão graves quanto aqueles que enfrentaram as gerações contemporâneas das revoluções dos séculos XVIII e XIX.

2 — Mais ainda: a pluralidade contemporânea abre a possibilidade de novos mundos, múltiplos e diversificados no mesmo mundo. As promessas de felicidade que nos acenam as máquinas coloridas e velozes só serão efetivadas se encontrarem sujeitos capazes de escolher e compor quadros de referência que recuperem o que na tradição do ocidente é segredo e dispersão. "Notre héritage n'est pas précédé d'aucun testament" ("Nossa herança nos foi deixada sem nenhum testament"). Com este aforismo do poeta francês René Char, Hannah Arendt abre o seu *Entre o passado e o futuro*¹. Ela comenta: "Sem testament, ou resolvendo a metáfora, sem tradição que selecione e nomeie, que transmita e preserve, que indique onde se encontram os

tesouros e qual o seu valor — parece não haver nenhuma continuidade consciente no tempo, e portanto, humanamente falando, nem passado nem futuro, mas tão somente a sempiterna mudança do mundo e o ciclo biológico das criaturas que nele vivem"². Mas o que será o nosso testament?

3 — À universidade cabe, entre inúmeras tarefas, a de preparar as gerações futuras dando-lhes indicações de como

encontrar os "tesouros" que a tradição sabiamente dispersou: há vários acessos a ele e ele, o tesouro, não se esgota numa declaração quantitativa de bens. Por que o tesouro, propriamente falando, dá conta exatamente do uso desses bens e os relaciona com a vida subjetiva e objetiva dos povos e dos indivíduos. Ou melhor dizendo, este é um dos tesouros. A preparação da universidade, quando se concentra no domínio técnico de suas especialidades, tem do "tesouro" a visão



quantitativa e empobrecedora do que é preciso "saber fazer", sem saber "para que fazer".

4 — A área de Comunicação parece fortemente afetada por estes dilemas e tensões que, a rigor, podem ser produtivos e estimulantes se conseguirmos superar este desejo de "paz dos cemitérios" que, às vezes, invade a nossa conturbada convivência com os diversos currículos que se sucederam nas Faculdades de Comunicação. Pressionadas pelas empresas, que desejam mão-de-obra qualificada, estimuladas pelo comércio de diplomas que fez surgir faculdades em todo canto, as faculdades de comunicação ainda sofrem as terríveis expectativas de parte de seus públicos, os alunos, que vêem nelas um caminho seguro para o acesso ao mundo do trabalho e da profissão. O atrelamento das faculdades de comunicação ao "mercado de trabalho" é, a meu ver, um dos fatores mais prejudiciais ao bom desempenho dos currículos de comunicação. Isto porque, em geral, a expressão "mercado de trabalho" aparece como um fetiche e uma solução mágica para inúmeras dificuldades que se abrem quando começamos a pensar nos cursos de comunicação. O "mercado de trabalho" não é algo pronto e acabado, uma porta que o domínio das técnicas de comunicação permitiria abrir como um moderno "abre-te-Séizamo!" O "mercado de trabalho" é atravessado por inúmeras tensões: a velocidade da renovação técnica, as disputas cartoriais ("assessoria de imprensa é de jornalista ou de rp?"), as mudanças políticas e sociais, tudo faz da prática da comunicação uma atividade em constante mutação, nada semelhante à idéia que eventualmente aparece, de ser o mercado algo já estratificado que aguardasse o técnico de saberes definidos e delimitados. Aliás não creio que exista profissão ou prática do mundo moderno que possa ser razoavelmente descrita por esta visão fetichista.

5 — Isto não significa desprezar as práticas e excluí-las da reflexão. As práticas devem, por um lado, ser objeto de reflexão e, por outro, o espaço de invenção e renovação de linguagens. As práticas de comunicação, nas faculdades, devem ter o estatuto de "artes" ou seja, a permanente pesquisa de resultados a partir das resistências e limites dos materiais utilizados: as imagens, os textos, os veículos. As práticas, se entendi-

das como linguagens, devem ser apreendidas no rigor de sua gramática e na amplitude de sua semântica; só assim essas práticas podem ser ensinadas e aprendidas. Ou então, reduzimos as faculdades a escolas técnicas, que existem e funcionam, mas não podem ser entendidas como pertencentes à academia, espaço de ensino, pesquisa e extensão.

6 — A reflexão sobre a Comunicação não passa necessariamente pelas faculdades de Comunicação. E é uma pena que assim seja. As faculdades de comunicação podem ser um espaço privilegiado em que saberes multidisciplinares se articulam para pensar estas práticas inovadoras e complexas que são as trocas de informação nas sociedades modernas. Para isso, os currículos de comunicação devem ser capazes de conceituar adequadamente estas práticas sob pena de fetichizarem as técnicas e reduzirem sua capacidade reflexiva à mera formação da mão-de-obra qualificada. Infelizmente a exigência de diploma de jornalista e relações públicas ainda funciona como um par de antolhos que obriga as faculdades de comunicação a um certo contorcionismo intelectual que se traduz naquela queixa tão famosa nas nossas assembleias e debates: o divórcio entre a teoria e a prática e a conseqüente exigência de uma "teoria" que seja aplicada na prática. Quanta imprecisão, quanta ingenuidade! É evidente e necessário que entre a teoria que quer pensar as práticas da comunicação e o exercício das profissões haja uma tensão, quanto mais não seja porque, hoje, estas práticas profissionais obedecem a critérios e parâmetros oriundos de setores fortemente oligopolizados e nevrálgicamente instalados nos centros de decisão e controle. Se as diversas teorias que pensam as práticas de comunicação se escusarem ao exame e à crítica dessas práticas, a pretensão de serem "teorias" lhes deve ser negada. E mais: só enquanto teorias capazes de colocar em questão as práticas é que se pode imaginar uma possível e futura transformação nessas práticas. Ao mesmo tempo, se entendidas como "artes", as práticas podem colocar problemas novos de maior interesse para as teorias. Mas imaginar que as teorias devam seguir docilmente as práticas e preparar os espíritos para a aceitação acrítica do mundo e de seu uso é desconhecer o que seja teoria e lhe negar o papel criativo que a inteligência lhes confere. E, não nos esqueçamos, a teoria é, a rigor, "uma prática teórica".

7 — Os currículos de comunicação ainda se encontram sob a camisa de força da resolução 480/83 do Conselho Federal de Educação, que disciplina a distribuição das matérias teóricas e profissionais. Acredito que a mais absoluta liberdade para compor os currículos deva ser uma exigência de toda a universidade que está interessada em garantir o acesso à tradição e desenvolver sua capacidade de pensar o presente. Que se avaliem os resultados, mas que o trabalho de criação intelectual seja livre; e criar um currículo é uma tarefa cujas exigências intelectuais estão amesquinhas quando se defrontam com as burocracias acadêmicas. Criar um currículo é uma forma de interpretar a tradição, um caminho em busca do tesouro que compete à própria universidade traçar.

8 — A pressa e a ingenuidade dos novos podem desprezar aquilo que a tradição acumulou. Principalmente agora, que a indústria da cultura oferece esta mesma tradição em retalhos, colchas luminosas para eventuais abrigos momentâneos. Mas sabemos que as coisas não se passam dessa forma: é preciso estudar, pesquisar, ler, trabalhar para reencontrar aquelas promessas que as gerações passadas deixaram inscritas em suas obras. Esta, aliás, era a reivindicação que Walter Benjamin fazia para a crítica cultural. Esta é, agora, a tarefa da universidade que não quer recusar sua herança crítica.

* LÁZARO, André. Professor e Chefe do Departamento de Teoria da Comunicação da FCS/UERJ. Professor da PUC-RJ e Doutorando em Comunicação/UFRJ.

1 — ARENDI, Hannah. Entre o passado e o futuro. SP, Perspectiva, 1972, p. 28 (o original é de 1954)

2 — idem, p. 31.

Relações públicas a serviço de uma função social da universidade: A extensão como caminho.

*Roberto Fonseca Vieira

"A Universidade, enquanto instituição, é produzida simultaneamente e em ação recíproca com a produção das condições materiais e das demais formas espirituais. É, pois, produzida com expressão do grau de desenvolvimento da sociedade em seu conjunto".¹

Inúmeros estudiosos aceitaram o desafio de empreender o estudo da gênese e do desenvolvimento do ensino superior no Brasil, num valioso empenho de sistematização de pesquisas históricas e de interpretação da própria história.

No continente latino-americano, de colonização espanhola, têm-se informações de que a universidade não foi uma instituição esquecida. À título de recordação: no século XVI houve uma experiência em São Domingos, ainda que pouco significativa. Em 1553, no México, faculdades como filosofia, direito, teologia, e posteriormente medicina, apontaram uma significativa preocupação com o ensino superior. Posteriormente, têm-se notícias das Universidades de São Marcos (Peru), de São Felipe (Chile), Córdoba (Argentina) e outras — na América espanhola. Entretanto, no Brasil, de colonização portuguesa, o aparecimento da universidade foi tardio — um século, após a independência.

É sabido o interesse da Coroa Portuguesa em valorizar a Universidade de Coimbra, onde brasileiros — agraciados com bolsa de estudo — foram cultivar o "espírito" das ciências, das letras e das artes. Factualmente, a colônia brasileira mantinha-se incapaz de desenvolver o ensino superior.

Não se pretende, aqui, nem mesmo um breve histórico das origens do ensino superior no Brasil, entretanto, a discussão que se quer estabelecer acerca da **universidade** e suas **responsabilidades sociais**, refletindo sobre um **paradigma de extensão universitária**, exige que se esclareça ou assuma — no mundo acadêmico — o desinteresse político, historicamente flagrante, com a questão do saber, do conhecer, que implica — neces-

sariamente — a questão da **formação do juízo crítico**, em nossa sociedade.

Das experiências dos Seminários Jesuítas, das Academias Reais (iniciativas no Brasil Colônia e Império) ao empreendimento da Universidade no Brasil Republicano (e no que pesem os diferentes momentos da vida Republicana do Estado) as críticas que já avultavam ao projeto de universidade brasileira encontram no Brasil de hoje ainda relevante atualidade. A universidade de "fachada", burocrática, sem identidade etc. Ainda que se há de ressaltar o enorme avanço de inúmeras e respeitáveis instituições no contexto da sociedade atual.

Adota-se uma premissa: a universidade brasileira é uma instituição nova, tamanhos os obstáculos que enfrentou historicamente para se constituir numa organização respeitável, produtiva que "conquistou o direito à voz".

A preocupação que permeia o presente ensaio diz respeito às **possibilidades de mobilização da Comunidade Acadêmica** em direção às prerrogativas — presentes, contundentes e sérias — e **reclamos/necessidades da sociedade próxima** — da **comunidade**; impõe-se que se indague acerca do comportamento acadêmico face às mudanças estruturais, que se impõem numa visão mais igualitária dos segmentos sociais.

Refletindo sobre o exposto, internamente (mas não solitariamente), a Faculdade de Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro — UERJ — concebeu como caminho de **participação intensiva**, da Faculdade e da Universidade, o repensar dos projetos de extensão acadêmica. A Faculdade (FCS/UERJ) acredita haver um espaço aberto, concretamente, que está a exigir um **trabalho interdisciplinar**, imaginando que a própria Faculdade de Comunicação Social — pelo caráter interdisciplinar da Comunicação Social — deva atuar como um dos agentes do processo integração/extensão — universidade/comunidade.

O ESTUDANTE E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Atividades desenvolvidas no âmbito da comunidade próxima (circundante)

proporciona ao estudante de 3º grau uma vivência, um contato direto com a realidade, com problemáticas sociais cujas soluções ainda estão por ser empreendidas. Caracteriza-se, assim, a natureza eminentemente comunitária de possíveis estágios de cunho curricular, seriamente possibilitadora do deflagrar de uma consciência social do estudante. A formação de uma consciência crítico-social, do estudante, significa uma vivência de cidadania, e a "esperança" de poder estar formando profissionais/cidadãos de espírito ativo e participante da comunidade, na qual estão inseridos.

Coloca-se em questão, o próprio processo de socialização do estudante, comprometendo-o com um quadro societário que está a exigir resgates sociais e humanização fazendo da universidade o fórum da reflexão urgente, imediata, e desmitificando um "saber acadêmico" cuja função por excelência seria a retórica do "um exacerbado formalismo" científico.

A prática da extensão universitária, na medida em que envolve universitários em situações concretas, que constituem realidades a serem observadas, refletidas e dimensionadas na busca de soluções, certamente não ignora o desafio que lança, e os obstáculos que hão de se avultar, entretanto identifica — tal prática — como um rico processo de aprendizagem (de vida, de estudo, de técnicas e de criatividade) que se oferece ao universitário numa **experiência viva**: a apreensão do real, sem simulação, ou seja, é uma oportunidade de **aprender fazendo**.

A prática da extensão contribui como canal permanente de informação acerca do real, possibilita uma formação crítica e prática ao estudante. Tal processo há de ser realizado com a participação de vários segmentos (internamente: professores e alunos, possivelmente servidores administrativos — até como pessoas-fonte, reais do grupo comunitário em exame), instituições interessadas em colaborar (conveniadas, ou não), e as populações a serem alvo dos esforços e benefícios (convidadas a dizer o que pensam e precisam, desde as primeiras diagnoses, afastando possíveis e indesejáveis pater-

nalismos dos que lhe desejam fazer beneficiários de uma integração, de um diálogo, a todos necessários).

RELAÇÕES PÚBLICAS NA UNIVERSIDADE

A universidade, empenhando-se no desempenho de suas funções sociais, reconhece a necessidade de se relacionar com seus públicos-alvos, e para tanto urge comunicar sua filosofia e política institucional. Estabelecer um canal de comunicação com os seus públicos exige planejamento criterioso de comunicação social, para divulgação de informações fidedignas e adequadas; para deflagrar processos utilíssimos ao fortalecimento de **relações, integração e cooperação**. Assim pensando, concebe-se a atividade de **Relações Públicas**, com um necessário e valioso recurso no estabelecimento do canal (facilitador) da comunicação instituição/instituição, instituição/comunidade e organização/públicos-alvo.

Cabe, também, destacar para reflexão, que as atividades do ensino e pesquisa, na universidade, produzem certamente conhecimentos, sistematiza-os, mas que nem sempre expressam um "grau" de preocupação com a responsabilidade social, que se lhes atribui, pelo alcance da disseminação do saber, do efeito multiplicador da geração de idéias, e pela ação junto à públicos diversos (desde o aluno à organizações várias, que constituem o corpo social).

Indaga-se de modo pragmático do como deflagrar o conhecimento da comunidade (segmento societário) que se quer assistir, de modo a Universidade poder exercer uma função social, de relevância inquestionável, sem ser assistencialista-paternalista.

A reflexão no âmbito (interno) da universidade se impõe para articulação da participação geradora de idéias, para um inadiável repensar de política institucional de extensão universitária; se impõe, até, para o desenvolvimento de uma **atitude dialogal** entre segmentos vários num campus universitário, **como se pode exemplificar com a UERJ**.

Discussão, debate realimentam o conhecimento (até, o auto-conhecimento) e facilitam as condições para um engajamento da universidade no projeto de construção das relações comunitárias.

Metalinguagem e redundância são recursos lingüísticos utilíssimos para se reafirmar: as Relações Públicas são um meio valioso, para a universidade, para

favorecer o compromisso social comunitário — que se privilegia eticamente como importante — além de poder auxiliar, dentro de um espírito pedagógico, à universidade, na viabilização de um fim educacional de formação do homem comprometido com o exercício de uma cidadania responsável.

Para discutir **Relações Públicas como um processo de integração universidade-comunidade**, através da **extensão acadêmica, e contextualizar a proposição da Faculdade de Comunicação Social da UERJ**, incursões conceituais seriam úteis para a sedimentação da idéia (corpo do presente ensaio); entretanto evoca-se apenas um ilustre pensador — pelo senso acurado da necessidade do resgate da humanização do homem/para o homem:

"...Relações Públicas como processo... inicia-se e reativa-se pela informação, mantém-se com a comunicação e estrutura-se em interações..."²

Julga-se, ainda, importante destacar a absoluta importância das comunidades (a serem estudadas e assistidas) terem garantido o direito à voz, no discurso de senso comum (possivelmente, até de pessoas semiletradas), quando até de prováveis obstaculizações à ação da universidade, com perguntas que podem ter como cerne a questão óbvia: "Que universidade é essa e a que veio?"

A sensibilização/conscientização da comunidade acadêmica para um "novo" papel social da universidade é questão de peso e alvo das discussões, que hão de se impor internamente, como já fora mencionado. Empreender projetos "meritórios", de relevância real para as comunidades, requer do corpo universitário o envidamento de esforços e recursos, para se privilegiar valores, metas e, em suma, corporificar uma política institucional de extensão universitária.

Numa caminhada, que já está em curso, a Faculdade de Comunicação da UERJ, entende que é preciso transpor obstáculos, dinamizar sua ação para o fazer (um passo difícil, depois do querer) e elege as **RELAÇÕES PÚBLICAS** como um verdadeiro agente de integração da universidade com a comunidade.

"A universidade deve erigir seus interesses e preocupações para as questões sociais. Para tanto, cabe-lhe buscar junto à própria comunidade, subsídios que lhe permitam detectar seus anseios numa postura de convivência aberta e horizontal"³

Acredita-se que a universidade deva incentivar a crença no "produto" do seu trabalho: assim os futuros profissionais

dela provenientes — sedimentados por uma formação teórico-prática, tendo no estágio curricular, através da extensão acadêmica, uma oportunidade de vivência de cidadania real — hão de ser capazes de interagir no meio social de modo competente e responsável.

Última-se, assim, o presente ensaio com a *proposição de um redirecionamento do "pensamento" universitário em favor de uma política de Relações Públicas*, para atuar precipuamente, nos projetos de **extensão universitária**, ressaltando um dimensionamento filosófico da importância das Relações Públicas para o **dialogar humano**.

E dentro da proposição explicitada, a Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro reafirma a sua crença no valor da extensão acadêmica (compromissada com o **paradigma erigido de vanguarda da atuação de Relações Públicas**) por entender:

— a atividade de extensão universitária como uma das atribuições, que imprimem o necessário compromisso social, e daí a responsabilidade, a vitalidade da função para a universidade;

— a validade e necessidade de se dinamizar teoria e prática no desvelamento e na produção do saber;

— a urgência, no cenário do Brasil atual, da contextualização sócio-histórico dos rumos institucionais da universidade, para o repensar da felicidade humana face a crise ou as crises com as quais existencialmente todos convivemos;

— a importância do redimensionamento das **Relações Públicas** enquanto atividade, processo, agente curricular e **deflagrador do diálogo entre os homens**.

*Roberto Fonseca Vieira

- **Diretor da Faculdade de Comunicação Social da UERJ.**
Eleito para o mandato 88/91.
- **Conferencista e participante de Foruns diversos na área de Comunicação Social.**
- **Coordenador e membro da Comissão de Implantação da Faculdade de Comunicação Social/UERJ.**
- **Prof. da Disciplina Teoria de Relações Públicas.**
- **Diretor e Vice-Diretor Pró-temporare da Faculdade de Comunicação Social/UERJ no período de 1987/88.**

Referências Bibliográficas

- 1 — SAVIANI, D. A universidade e a problemática da educação e cultura. *Revista Educação Brasileira*, RJ, (3), 42, ago. 1979.
- 2 — SIMÕES, Roberto Porto. *Relações públicas: função política*, Porto Alegre, Sagra fieveale, 1987, 2ª ed., p. 35.
- 3 — **FORUM PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO**. Belo Horizonte/MG., maio/88.

Saúde pública e comunicação: Alternativas na extensão universitária

**Ricardo Ferreira Freitas*

As relações públicas têm alcançado, neste fim de século, um poder de atuação impressionantemente abrangente e indispensável ao esclarecimento e intercâmbio de informações na sociedade. Essa emergência de informações a que se assiste na contemporaneidade decorre do desenvolvimento de sociedades confusas que tentam criar e/ou resgatar códigos universais de comunicação através de ações espetaculares: acordos anti-nucleares, quedas de barreiras diplomáticas, modificações de sistemas políticos. Tenta-se uma criticável, porém confortável, padronização de valores e de comportamento em relação a ecologia, armas nucleares, consumo, lazer etc.

As relações públicas crescem, nessa história, com a pluralidade de caminhos apresentados ao indivíduo pós-industrial; elas acontecem em cada ação do homem na sociedade. Por outro lado, assiste-se a uma preocupante falta de estratégias que favoreçam o poder de penetração social e educativo da comunicação e, especificamente, das relações públicas. Essa preocupação faz com que os profissionais e pesquisadores, atualmente envolvidos com a educação, sintam o grande papel que a universidade brasileira tem em ocupar cientificamente esses espaços que se encontram ainda perdidos nas sociedades plurais e espetaculares da pós-modernidade.

O crescimento urbano do século XX desencadeia uma necessidade imediata de novos instrumentos de comunicação; aplicam-se estratégias de comunicação dirigida nas metrópoles e criam-se ambientes e instrumentos de comunicação rural para o interior. Privilegiam-se os ambientes semi-públicos como fuga à insegurança, poluição e trânsito tumultuado dos ambientes totalmente públicos. Com isso, cresce o número de condomínios fechados, centros empresariais e shopping centers. Dentre milhões de desvios que esse tipo de socialização pode acarretar, os profissionais das áreas de ciências sociais e humanas devem se preocupar, pelo menos, com dois: a universidade pode ser compreendida como um ambiente propício somente a tribos perigosamente pós-industrializados e, assim, incentivar ainda mais a já existente

“produção para dentro”, ou seja, um tipo de produção acadêmica que só alcança o próprio meio acadêmico e não circula por toda a sociedade; o segundo perigo é que as pessoas públicas caiam nas armadilhas dessas sociedades teatrais e só produzam ações espetaculares: grandes construções, grandes discursos — o super-herói se sobrepõe ao homem político.

Em decorrência disso, assiste-se a países com sérias infiltrações em suas estruturas de saúde, moral e inteligência devido a jogos e roletas financeiras. Compromete-se o social e o nível de vida das pessoas. A saúde pública padece com esses critérios e as pessoas, simplesmente morrem. Falecem por falta de informação precisa, dirigida, ignorada em nome de informações espetaculares que fazem com que todos nos sintamos personagens de tramas e múltiplas histórias do cotidiano.

RELAÇÕES PÚBLICAS E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Diante desse quadro, o Departamento de Relações Públicas da Faculdade de Comunicação Social da UERJ sentiu a necessidade de trabalhar com públicos que carecem de informações precisas e dirigidas sobre inúmeros problemas do seu dia-a-dia. Entre várias frentes levantadas e desenvolvidas pelo departamento, destaca-se a preocupação com problemas simples de saúde pública, porém, de proporções graves no país, por uma mera questão de falta de informação: hanseníase, doação de sangue e câncer de pele são exemplos alarmantes dessa situação.

Nesse contexto, a hanseníase é um problema singular no país por se tratar de uma doença tratável, curável e de medicação gratuita. Apesar disso, o Brasil ocupa o primeiro lugar da América Latina em número de hansenianos, sendo responsável por 80% dos casos, e o segundo lugar do mundo em número de doentes. No Rio de Janeiro, a prevalência da doença é alta e seus danos se expressam pela gravidade das incapacidades físicas e psicossociais.

O desconhecimento da população sobre a doença, seus sintomas e sinais, transmissibilidade, tratamento e possibilidades de cura, tem dado origem à grande discriminação sofrida pelo doente.

Ao longo dos últimos anos, a hanseníase não mereceu a atenção devida por

parte dos governos estaduais e federais, agravando seu controle desde a notificação dos casos até o tratamento completo da doença. Assim, a hanseníase ainda é observada de forma preconceituosa, trazendo-se num estigma que faz o doente ter seus direitos de cidadão feridos a todo momento.

Paralelo ao exposto, a sociedade não tem seus diversos segmentos envolvidos com este problema. Por isso, o esclarecimento sobre a curabilidade da doença, a eliminação dos focos de contaminação existentes, o aumento da notificação dos casos para tratamento e controle ficam, cada vez mais, inviáveis. Assim sendo, o que se verifica é uma falta de informação coletiva sobre esses problemas, repercutindo no nível de saúde das pessoas afetadas e na coletividade como problema de massa.

Evidencia-se, portanto, a emergência de trabalhos sérios e contínuos de relações públicas na área de saúde pública, visando à circulação de informações corretas e campanhas bem lançadas, no tempo e no espaço, de esclarecimento a situações que não dependem do avanço tecnológico em termos clínicos e médicos, e sim, de comunicação social. A sociedade pós-industrial é bombardeada por informações e códigos publicitários, cresce em meio à pluralidade de produtos e carece, entretanto, de trabalhos simples e óbvios de comunicação. Eis um espaço fundamental para a universidade praticar suas intenções de extensão universitária. Criar canais de comunicação com a comunidade é função primordial da universidade e deve ser exercida pelos diversos segmentos acadêmicos.

Sensibilizados com o alarmante quadro da hanseníase no país, os alunos de relações públicas vem desenvolvendo uma série de estratégias de comunicação dirigida com os diversos públicos-alvos da doença. Contabilizando seus recursos através de diversos cursos da UERJ (Comunicação Social, Enfermagem, Medicina, Serviço Social), o projeto denominado “Hanseníase Tem Cura” tem experimentado interessantes situações através da utilização das técnicas de comunicação social aplicadas à área de saúde. Palestras, folhetos, vídeos, mensagens em contra-cheque, contato com a imprensa, mensagens em contas de serviço público, telemarketing e manuais são alguns dos

instrumentos utilizados, sempre com o objetivo de mudança do quadro social do hanseniano no Brasil. Para isso, participam também do projeto profissionais da Secretaria de Estado de Saúde, MORHAN (Movimento de Reintegração do Hanseniano) e GEPEH (Grupo Educar para Erradicar a Hanseníase), num verdadeiro exemplo de como a universidade pública pode funcionar enquanto centro gerador de informações interdisciplinares e interinstitucionais.

Assim, na tentativa de caminharmos para índices mais baixos da doença no Estado do Rio de Janeiro em todo o país, o programa de informação e esclarecimento HANSENIASE TEM CURA procura desenvolver caminhos alternativos de comunicação e educação no sentido de melhor esclarecer os sintomas da doença, os direitos do paciente e, principalmente, massificar a idéia de que hanseníase é uma doença tratável, curável e pouco contagiosa. Não há, portanto, razões médicas para que a doença continue se alastrando pela parte da população que não é imune ao bacilo de hansen e, muito menos, motivos para que as pessoas continuem associando à lepra idéias terríveis de isolamento, castigo e deformações físicas que só amadurecem o estigma.

Em 1989, esse trabalho recebeu o Prêmio Inovação em Relações Públicas, na categoria Participação Especial, por se tratar (como bem sugere o nome do prêmio) de um projeto inovador na área de relações públicas. Essa situação depota a importância de a universidade descobrir que, em cada um de seus cursos, há um potencial incontável de criatividade e vontade de trabalhar. É dever dos professores, pesquisadores e alunos universitários buscarem instrumentos e canais de comunicação com a sociedade na qual estão inseridos; é inviável imaginar um centro de produção do saber que não se relacione com os grupos sociais para os quais produz saber, conhecimento e novas tecnologias. Como a universidade pode pretender pensar a sociedade, se não se relacionar com ela?

Na verdade, o sucesso do programa sobre a hanseníase só dependeu (e depende) do correto posicionamento da universidade enquanto elemento centralizador e integrador de seus públicos internos e externos e enquanto centro de difusão do saber. Pode parecer que está, aqui, tentando constatar o óbvio, mas, a realidade é que as universidades, assim como outras instituições de ensino e pesquisa, mantêm um discurso próprio que, cada vez mais, se distancia da realidade que está à sua volta. No caso da UERJ, essa

realidade está literalmente à sua volta com a presença da favela da Mangueira, grande, imponente e assustadoramente crescente. Como não ver algo que está à sua frente?

Talvez isso aconteça em decorrência de sistemas políticos falhos, ou como consequência da predominância de universidades em centros urbanos automatizados, porém, confusos, como descreve Humberto Eco:

“...nas grandes extensões colonizadas com atraso, onde está nascendo a civilização pós-urbana representada por Los Angeles, metrópoles compostas de sessenta e seis cidades diferentes, onde as vias são rodovias com cinco pistas e o homem considera o pé direito um membro destinado à pressão do acelerador, e o esquerdo um apêndice morto, porque os carros não tem embreagem — e os olhos algo para enfocar, em velocidade automobilística constante, maravilhas mecânicas visuais, anúncios, construções que devem impor-se à mente no espaço de poucos segundos.”¹

Essa imagem que Eco descreve, nos faz pensar em centros urbanos plurais, cheios de códigos, lugares onde o espaço público cede vez ao espaço publicitário. A sociedade pós-industrial explode em informações mas carece de bons administradores e gerentes da distribuição e alcance dessas informações. Já que há um tão grande número de universidades nesses centros, por que não compreender

os princípios aqui discutidos como importantes e progressistas para o desenvolvimento do conhecimento? As relações públicas atuando junto à universidade em diversas frentes de trabalho constituem uma prova de que essas relações são fundamentais e amadurecem o crescimento acadêmico do aluno e do professor. Limitar o saber às salas de aula ou aos centros de pesquisa é uma posição que enfraquece a sociedade e favorece a proliferação de ruídos na comunicação que se assiste na contemporaneidade.

A universidade deve neste fim de século inserir-se na sociedade de forma real e efetiva. As trocas provenientes de contos objetivos farão com que a pesquisa atenda a um requisito básico: utilidade.

* RICARDO FERREIRA FREITAS é professor e Chefe do Departamento de Relações Públicas da UERJ. Professor do curso de pós-graduação em comunicação da Universidade Gama Filho e Professor Assistente da Universidade Estácio de Sá. Mestre em Teoria da Comunicação pela UFRJ.

BIBLIOGRAFIA

- 1) CORREIO HOSPITALAR. Rio de Janeiro, Ano IX, Julho de 1989.
- 2) ECO, Humberto. Viagem na Irrealidade Cotidiana. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.
- 3) MAFFESOLI, Michel. O Tempo das Tribos. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1987.
- 4) _____. O Conhecimento Comum. São Paulo, Brasiliense, 1988.

NOTAS

- (1) ECO. (1984) p. 35



Integração de teoria e prática profissional:

O escritório-modelo de relações públicas

***Paulo Alves Barbosa**

Expressões de senso comum apontam idéias como: "A faculdade não adianta nada. O melhor mesmo é aprender na prática".

"Só consegui aprender alguma coisa depois que comecei a estagiar. Na faculdade não aprendi nada".

"Os professores são muito teóricos. As aulas são sempre de cuspe e giz".

"Só contratamos gente com experiência. Os recém-formados não sabem fazer nada. Nós temos que ficar ensinando".

"O diploma não adianta nada. O negócio é saber fazer".

"A proposta da universidade não é ensinar a trabalhar, e sim, a pensar".

"Não é missão da universidade proporcionar a prática profissional e sim os conceitos básicos para a compreensão filosófica da atividade dentro do seu contexto social".

Tais conceitos acima relacionados resumem, grosso modo, a problemática da questão do estágio profissional dentro das universidades, no que tange aos cursos de comunicação.

Ninguém ignora a necessidade da prática para o ingresso e a sobrevivência profissional no mercado de trabalho. A questão **que se impõe examinar é onde este treinamento (prático) deve ser feito.** Embora pareça simples (uma vez que o próprio Ministério da Educação considera importante e estabelece como exigência para a conclusão dos cursos os estágios experimentais, que nada mais são do que atividades práticas), na realidade, a questão vai muito além de uma visão conceitual ou de um postulado prático que se possa privilegiar como um prisma de discussão e ação.

Mais importante do que um bom laboratório ou um professor capacitado, a prática profissional requer sobretudo uma situação que se aproxime o máximo possível da realidade do mercado. De preferência, ela própria.

A questão, todavia, esbarra em algumas **dificuldades legais e conjunturais.** No que tange à primeira, **o aluno ainda não é um profissional,** e portanto não pode trabalhar sem a **supervisão** de um profissional devidamente habilitado, neste caso um **professor.** Na segunda dificuldade está o **princípio ético** que deve nortear as atividades universitárias, até porque, ele mesmo faz parte da própria formação do aluno. Desta forma, não se pode aceitar que uma entidade universitária faça concorrência a empresas legalmente estabelecidas e que constituem mercado de trabalho, no futuro, para os próprios alunos.

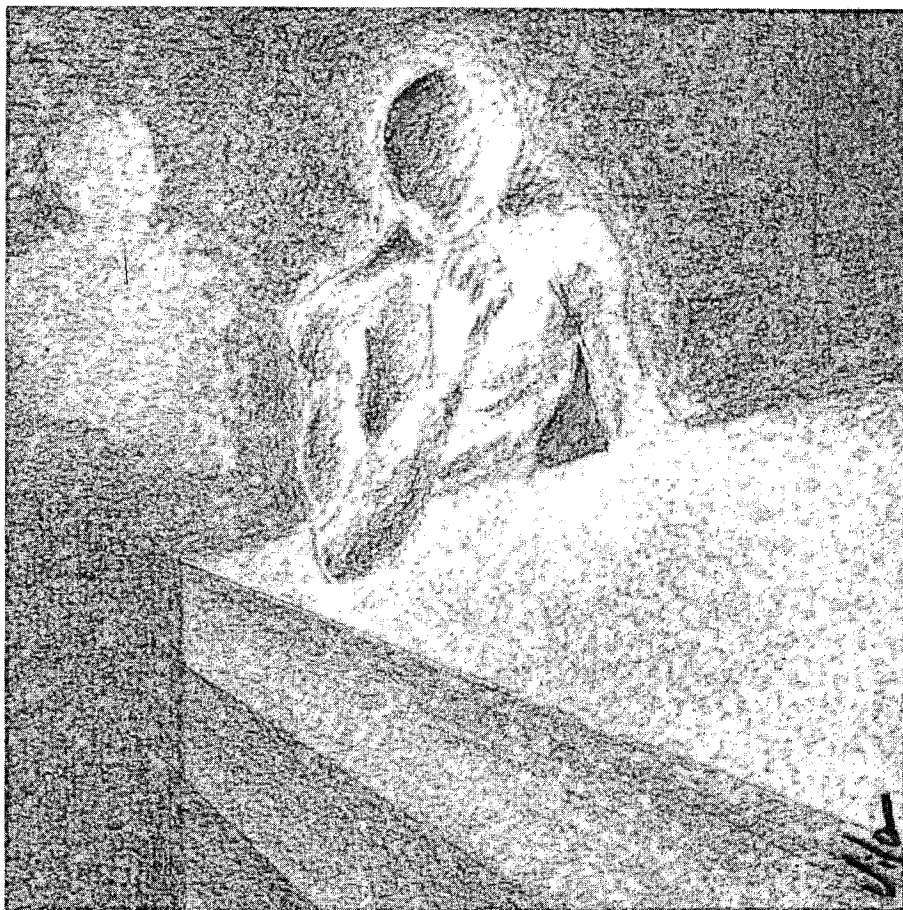
Não obstante tais dificuldades, a **clientela existe e é farta.** Muitas **organizações** não dispõem de recursos para **investir em comunicação,** embora necessitem indiscutivelmente dela. Nesta situação estão principalmente as entidades assistenciais e de saúde. Todavia, antes do relato sobre os projetos já existentes, faz-se necessário algumas considerações sobre a questão da prática profissional dentro das universidades.

Dois grandes vertentes dividem, hoje em dia, os rumos tomados pelo assunto. Na **primeira** estão aqueles que defendem uma universidade da **reflexão** (teórica por excelência), que se preocupa sobretudo com o aperfeiçoamento do pensamento do estudante dentro do seu contexto profissional. Para esta corrente, a prática deve ser apreendida

dentro do campo de trabalho, a partir de um bom embasamento teórico sobre o assunto, a ser fornecido pela universidade.

É uma corrente moderna, progressista, adotada sobretudo nas universidades européias. No Brasil, todavia, esbarra em sérios obstáculos, o maior deles a própria **motivação do aluno.**

Ao buscar a universidade, o estudante brasileiro busca sobretudo qualificação para uma ascensão sócio-profissional dentro do mercado de trabalho. Mesmo aqueles oriundos de famílias de nível sócio-econômico alto, que nem sempre têm necessidade de disputar um emprego, tendem a escolher as carreiras "da moda," geralmente aquelas mais em evidência no mercado (ainda que tal premissa possa ser discutível, ela é factual).



Algumas **distorções**, ocorrem por força dessa realidade, que embora inevitáveis, refletem a própria realidade sócio-político cultural do País. Desta forma, as carreiras da área de Educação, por exemplo tão necessárias para o desenvolvimento nacional continuam "em baixa," enquanto as de Informática, que, não obstante a vertiginosa ascensão da área ainda não comporta tantos profissionais a ponto de ser chamada uma carreira, crescem em proporção geométrica.

Em que pese o aspecto paradoxal da questão, é a própria **universidade "pragmática"** que poderá resgatar e manter a **universidade reflexiva** que não se deseja excludente. Como exemplo, podemos citar exatamente os cursos de Informática que proliferam por todo o Brasil. Na crença de que o computador é o grande instrumento de progresso do futuro, todos atiram-se a ele avidamente, certos de que o estudo das suas técnicas é, por si só, suficiente para equacionar todos os problemas logísticos (e até mesmo existenciais) da sociedade moderna. Só que os sectários da Informática, que hoje trafegam com desenvoltura em áreas tão complexas tais como a Robótica e a Inteligência Artificial, parecem esquecer que o computador funciona a partir das informações com as quais é alimentado.

E a informação, Ciência que cuida da gênese e tratamento deste insumo para tal sistema, ainda é modestamente estudada no País, somente em nível de pós-graduação e à míngua dos recursos que a sua importância requer. Para se ter uma idéia do problema, é como se um médico aprendesse cirurgia sem antes dominar a anatomia. Ou ainda um engenheiro que quisesse construir prédios, sem ter a mínima noção de resistência de materiais.

Como é evidente, com os computadores custando as fábulas que custam, num futuro talvez não tão distante, a exemplo de outros países que já os usam a mais tempo, o pragmatismo da Informática será forçado a conviver em igualdade de condições com a reflexão da Ciência da Informação. Da mesma forma que a complexidade do mundo moderno está resgatando os cursos de Filosofia.

A **outra vertente** entende que a universidade deve se voltar inteiramente para o **mercado de trabalho**, e parte do pressuposto que, ao se formar, o aluno deve estar inteiramente pronto para ele.

Em que pesem algumas impropriedades, tais como o fato de alguns cursos de necessidade imediata serem mais facilmente contemplados com verbas do que outros mais tradicionais, porém de utilização indireta (tais como certas línguas e ciências), este tipo de universidade "pragmática" parece, no momento, ser o que mais se adequa às necessidades brasileiras. A idéia de que os mercados de trabalho estão inchados, não comportando mais profissionais de nível superior, que, desta forma têm que se contentar com subempregos, não deve ser justificativa suficiente para se mudar o sistema atual. É preciso não esquecer que os países mais desenvolvidos do mundo investem maciçamente em instrução em todos os seus níveis, mormente

no ensino superior. E esta universidade "do fazer" é contemplada com bastante ênfase, na maioria deles. No Brasil, carente de tudo e que ainda importa a maioria da sua tecnologia, esta universidade é fundamental. Sobre tudo, porque é ela, pela sua proximidade com o sistema social vigente, nas suas questões mais elementares, que possibilita a construção das bases da ciência e tecnologia de que o país tanto necessita.

Quando um aluno de graduação busca uma empresa ou uma entidade assistencial para fazer um estágio ou uma pesquisa, na realidade, ele, com a incipiência que o faz desprovido de juízos antecipados, está ajudando a tais instituições a provocar um processo de reflexão sobre suas atividades.

Isto porque este estagiário será um profissional em curto espaço de tempo e, durante este período probatório, estará exercitando um senso crítico natural e automático sobre a relação entre os parâmetros empresariais e acadêmicos, na tentativa de encontrar um ponto comum entre ambos.

Ao terminar o seu curso e começar a trabalhar, o recém-formado terá uma noção o mais próxima possível do ponto de equilíbrio entre a realidade acadêmica e a empresarial, o que é de extrema importância, pois na sociedade competitiva e dinâmica dos nossos dias urge que o profissional seja plenamente "utilizável" a partir da conclusão do seu curso. Os alegres dias do empirismo se foram. A figura do "foca", tão comum em histórias de jornalismo, acabou — ele hoje seria muito dispendioso e arriscado para as empresas.

É evidente, todavia, que o tirocínio e a perspicácia profissional só virão com o tempo. Entretanto, é necessário que o recém-formado de hoje já possa demonstrar, a capacidade de desempenho dos requisitos do cargo logo a partir dos primeiros momentos em que o assumir. É uma imposição do mercado, que decreta a morte profissional de qualquer um que não a respeite. Daí a necessidade de treinar-se exaustivamente o estudante para o mercado de trabalho durante o curso.

E é aí que entra a importância dos laboratórios de prática, que passaram a existir nos cursos de comunicação de uns anos para cá, alguns setorizados, como os laboratórios de pesquisa de opinião, fotografia, áudio e redação; outros abrangentes, como as agências de notícias ou de propaganda e os escritórios-modelo de relações públicas.

Na UERJ, o escritório-modelo do curso de Relações Públicas até hoje ainda não foi inaugurado oficialmente. Entretanto, já funcionava ativamente mesmo antes de ter suas atuais instalações e tem uma agenda abarrotada de compromissos até o ano que vem.

O trabalho desenvolvido por ele tem possibilitado aos alunos uma condição de aprendizado de alto nível, com um grau de solicitação e complexidade similar a qualquer empresa do gênero. No seu atual estágio, e é de se esperar mais ainda no futuro, o aluno de Relações Públicas da UERJ, ao se formar, estará plenamente capacitado para o trabalho. Isto não só no domínio das técnicas, como tam-

bém, e mais importante que tudo, na estruturação do seu perfil psicológico para as características e dificuldades do campo profissional.

Ao atuar em projetos onde a tônica é a falta de recursos e objetivos pouco comuns a serem colimados, os alunos aprendem a não temer as dificuldades e a desenvolver seus potenciais e criatividade. Ao lado disto, coexistem alguns subprodutos, tais como a valorização do trabalho em grupo e a melhoria das relações entre eles e seus professores.

Para otimizar o seu trabalho e também justificar a sua existência dentro da estrutura da nossa universidade, nosso **escritório-modelo** — que começou a existir a partir de uma "expedição exploratória" ao depósito de sucata do campus — buscou seus primeiros "cases" dentro da própria comunidade da UERJ. A partir daí, uma combinação de interesses e uma rede de informações internas e externas têm feito surgir novas solicitações que já não pertencem somente ao âmbito interno.

Desta forma, no momento, estão em curso no escritório-modelo os seguintes projetos:

HANSENÍASE TEM CURA

Objetivos: — Esclarecer sobre a doença; Exterminar o estigma da "lepra"; Devolver ao hanseniano seus direitos naturais de cidadão. Públicos: — Estudantes, professores e servidores da UERJ e do Hospital Universitário Pedro Ernesto.

COMUNICAÇÕES INTERNAS

Objetivos: — Facilitar a fluência da comunicação interna do Hospital Universitário, Pedro Ernesto.

Públicos: — Público interno do hospital.

ÁUDIO-UERJ

Objetivos: — Criar e administrar um canal de comunicação para todos os públicos internos da UERJ, que também sirva como laboratório para os estudantes de comunicação.

Públicos: Todos os públicos que trafegam dentro dos espaços da UERJ.

HOUSE ORGAN DA FCS

Objetivos: — Criar e administrar o órgão de comunicação interna da Faculdade de Comunicação.

Públicos: — Alunos, professores e servidores da Faculdade de Comunicação.

ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS À CLÍNICA DE ADOLESCENTES DO H.U.P.E.

Objetivos: — Divulgar as atividades da clínica junto a seus públicos;

— Criar e manter canais de comunicação eficazes entre a clínica e tais públicos.

Públicos: — Usuários e seus responsáveis, médicos, assistentes sociais e demais servidores da clínica.

PROGRAMA DE DIVULGAÇÃO ESPECIALIZADA EM HEMATOLOGIA PARA O H.U.P.E.

Objetivos: — Divulgar o Serviço de Hematologia do Hospital Universitário, visando a captação de novos doadores, para a manutenção do mesmo;

Públicos: — Doadores de sangue em potencial.

BIBLIOTECA ESPECIALIZADA EM COMUNICAÇÃO E MERCADOLOGIA **PROFESSOR MANOEL MARIA DE VASCONCELLOS**

Objetivos: — Dar acesso ao acervo constituído em vida pelo emérito professor; Classificar, organizar e reproduzir separatas técnicas nas áreas de Comunicação e Mercadologia.
Públicos: — Alunos, professores e pesquisadores das áreas de Comunicação e Mercadologia.

CONSULTORIA ESPECÍFICA PARA O SETOR DE ORTOPEDIA DO H.U.P.E.

Objetivos: — Diagnosticar os ruídos de comunicação existentes no setor; Implementar um sistema de comunicação dirigida no setor.
Públicos: — Internos e funcionários do setor de Ortopedia do H.U.P.E.

PROJETO REDE (participação)

Objetivos: — Discutir os problemas da comunicação e da formação de opinião na contemporaneidade;
Públicos: — Alunos do Projeto REDE.

PROPAGANDA NA UERJ

Objetivos: — Levantar recursos para melhorias no Campus através da cessão, a custos de mercado, de seus espaços externos e anunciantes;
Públicos: — Administração da UERJ, agências de propaganda.

SEMANA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Objetivos: — Discutir a situação da profissão e do meio acadêmico de Relações Públicas.
Públicos: — Alunos, professores, profissionais de relações públicas e áreas afins.

HANSENÍASE TEM CURA

Objetivos: — Os mesmo do projeto anterior.
Públicos: — Profissionais da área de saúde; População em geral.

CONSULTORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL PARA O MOVIMENTO DE REABILITAÇÃO DO HANSENIANO — MORHAN

Objetivos: — Estabelecer estratégias de comunicação para o movimento.
Públicos: — Participantes do movimento.

TELE-SERVIÇO UERJ DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Objetivos: — Prestar informações e esclarecimentos sobre hanseníase, hematologia, herpes e outras doenças de pele.
Públicos: — Interessados no assunto em geral.

MOVIMENTO PRÓ-FLORESTA DA TIJUCA

Objetivos: — Estabelecer estratégias de comunicação para o movimento.
Públicos: — Participantes do movimento.

SEMINÁRIOS BIMESTRAIS SOBRE ATENDIMENTO AO PÚBLICO

Objetivos: — Sensibilizar os adolescentes do Camp Mangueira sobre questões de relacionamento e atendimento ao público.
Públicos: — Círculo de Assistência ao Menor Patrulheiro da Comunidade da Mangueira (Camp Mangueira).

ENCONTRO DE VESTIBULANDOS EM COMUNICAÇÃO

Objetivos: — Discutir o curso de Comunicação Social e suas habilitações; — Informar ao vestibulando o perfil do profissional de Comunicação Social.

Públicos: — Vestibulandos e alunos de 2º grau.

CONSULTORIA E ASSESSORIA DE RP PARA A CASA IRMAOS DA ESPERANÇA

Objetivos: — Divulgar os serviços da Associação (que cuida de ex-detentos) buscando apoio institucional e financeiro para a sua obra, através do desenvolvimento e manutenção de estratégias de RP e Marketing.

Públicos: — Geral.

Além destes projetos, o Escritório-Modelo ocupa-se também de outras tarefas em menor grau de solicitação, como a participação em encontros e eventos diversos dentro da UERJ, pesquisas variadas no âmbito interno ou externo, a cargo do Laboratório de Pesquisa de Opinião, o qual tem um vínculo estreito com o E.M., e outras atividades episódicas tais como cerimonial e apoio de recepção.

Todos os trabalhos são realizados em regime de gratuidade e somente para instituições que não possam pagar. Somente a questão das despesas é combinada à parte, pois o escritório ainda não dispõe de verbas para arcar com elas.

A questão da praticagem, nos moldes em que é desenvolvida na Faculdade de Comunicação Social, ainda que timidamente já tem produzido bons frutos. O moral dos alunos é excelente e a aproximação com a comunidade também melhorou bastante.

No modelo de universidade que é desenvolvido pela UERJ, ou seja, uma instituição voltada para a comunidade, de onde retira os principais insumos para a sua produção de conhecimento, a questão da comunicação é crucial. Lamentavelmente, o pouco tempo de vida da nossa Faculdade de Comunicação (3 anos) e os naturais entraves burocráticos das organizações governamentais, fizeram com que ainda não tenhamos podido atingir um ponto de otimização. Todavia, as respostas que temos obtido são bastante promissoras e nos indicam que estamos no caminho certo. Entendemos que o ideal da atividade de comunicação, ou seja, que cada organização empresarial, pública, assistencial, religiosa ou política tenha o seu profissional de área, deva começar dentro da própria universidade.

O aluno ao formar-se deve estar firmemente imbuído da utilidade e da importância da sua profissão para o crescimento das organizações onde se puser a serviço. E o melhor lugar para adquirir esta mentalidade é, exatamente, a própria universidade, com que ele deve ter uma relação de troca vigorosa, que dará sentido ao seu aprendizado e valorizará sobremaneira a sua formação. Ao começar a sua carreira profissional ainda como estudante, prestando serviços para a própria universidade que está lhe proporcionando o conhecimento, o aluno vai adquirir uma noção de valor, que certamente influenciará toda a sua vida profissional.

Prof.º Paulo Alves Barbosa
— Subchefe do Depto. de RP
— Mestrando em Comunicação (UFRJ)
— Coordenador do Escritório Modelo de Relações Públicas de FCS/UERJ



Implantação da coordenação de pesquisa e documentação em comunicação e mercadologia.

Reflexão sobre sua oportunidade em relação às práticas atuais da comunicação.

***Manoel Marcondes M. Neto**

Respondendo ao programa de incremento à capacitação dos docentes e de atualização dos cursos de graduação atualmente em curso na UERJ, formulados pela sub-reitoria de ensino e graduação (SR-1) e pela sub-reitoria de pós-graduação e pesquisa (SR-2), a Faculdade de Comunicação Social sai na frente com a implantação de uma Coordenação de Pesquisa e Documentação em Comunicação e Mercadologia — uma importante contribuição para a ampliação do conhecimento e, principalmente, um passo decisivo no aprofundamento da reflexão crítica acerca de todo um universo de práticas e “saberes” que hoje se encontra rotulado como sendo **marketing**.

É importante ressaltar que essa iniciativa — antigo sonho dos professores da área de mercadologia e publicidade e propaganda — torna-se possível a partir da doação (feita pela família) do acervo bibliográfico e documental do saudoso professor Manoel Maria de Vasconcellos, primeiro diretor da FCS-UERJ.

Trata-se de um acervo riquíssimo, que abrange todas as áreas da comunicação no Brasil e no mundo — desde o surgimento da propaganda e das relações públicas, passando pelo nascimento da televisão, jornalismo, radialismo, vendas, varejo, criatividade e as várias modalidades de **marketing**: institucional, de serviços, de empresas sem fins lucrativos, de produtos, político-eleitoral, esportivo, industrial, rural, cultural, e por aí afora.

Professor fundador dos cursos de comunicação do Rio de Janeiro — ECO-UFRJ, PUC, FACHA, ESPM e UERJ, Manoel Maria de Vasconcellos reuniu ao longo de sua vida profissional, como publicitário, editor, empreendedor, professor e consultor de empresas, um detalhado e cuidadoso acervo, que, aliás, retrata seu ecletismo e aponta para a verdadeira origem (e fim) das preocupações mercadológicas: o **domínio das técnicas de comunicação**.

Cumprir registrar, a esta altura, que o mercado de comunicação tem sido ocupado por profissionais oriundos de outras áreas de formação, quais sejam, economia, direito, engenharia de produção e administração de empresas que, sem

uma adequada e indispensável base social-humanística utilizam-se da comunicação — não raro de forma desastrosa — ocupando uma vasta e nebulosa área de **marketing**, a qual não tem sido objeto de estudo e reflexão das faculdades de comunicação.

O resultado é o que aí está: um mercado publicitário completamente distorcido, onde o **uso** dos meios suplanta o **saber como usar** os meios de comunicação, naquilo que costumamos chamar de **império da mídia**.

Vemos ainda os conflitos que envolvem as empresas e seus públicos interno e externo conduzidos por tecnocratas que colocam a relação de trabalho como uma simples questão de remuneração para quem trabalha e de custo-benefício para quem emprega.

Vemos surgir uma feroz legislação em defesa do consumidor, o que denota, além do brasileiríssimo furor legislativo, que o consumidor-cidadão está precisando ser protegido de produtores-anunciantes, de produtos e de serviços.

Aparecem aqui e ali indícios de uma “*ombudsman mania*” cercados de muita badalação. As programações artísticas, desportivas e jornalísticas atreladas aos departamentos comerciais de editoras e emissoras de rádio e TV. Somos assolados pelas mais grosseiras práticas de “*merchandising*” e fatalmente agredidos pelo mais acabado “*case*” da distorção comunicacional que é o “*marketing político*”, que a esmagadora maioria da audiência engole sem digerir e que acaba resultando, inevitavelmente, num comportamento de total descaso da população quanto ao seu destino frente à nação, dos governantes e políticos.

Isto tudo sem falar do estado lastimável em que se encontra a produção cultural no Brasil. A cultura e seu processo é também uma questão primordial de interesse da comunicação.

É para tratar destas questões que surge a Coordenação de Pesquisa e Documentação em Comunicação e Mercadologia no âmbito da Faculdade de Comunicação Social da UERJ. A universidade é o lugar da reflexão, da crítica e não-somente o lugar da formação de mão-de-obra para repetir as práticas (muitas das vezes más práticas) que o poderio econômico-financeiro, através de agências e anun-

ciantes, utiliza e que hoje regem desde redações aos departamentos de recursos humanos das empresas.

A Coordenação tem como objetivos: facilitar: aperfeiçoar e atualizar o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão da Faculdade de Comunicação Social da UERJ e outros interessados na área, sobretudo as instituições acadêmicas e profissionais que manifestaram interesse no acesso ao acervo do iminente professor Manoel Maria de Vasconcellos.

Para permitir esse acesso e cumprir seus objetivos de pesquisa e extensão a Coordenação atuará em três linhas básicas:

1. catalogação e classificação das publicações, artigos e outros documentos por assunto, autoria e outros índices para permitir sua recuperação e consulta;
2. publicação de artigos inéditos ou esgotados, bem como apostilas e outros trabalhos;
3. publicação de livros especializados a partir de coletâneas acerca de escritos de origens diversas e que concentrem real interesse e poder de informação.

A Coordenação de Pesquisa e Documentação em Comunicação e Mercadologia — ou, abreviadamente, **CPDCOM** — apresenta-se enfim como organismo vivo e dinâmico (seu acervo será continuamente enriquecido por assinaturas e aquisição de obras, além da incorporação dos trabalhos produzidos pelos corpos docente e discente) da Faculdade de Comunicação Social da UERJ que, pelo cumprimento de seus objetivos de ensino, pesquisa e extensão e pelas possibilidades reais de intercâmbio que representa, ao mesmo tempo nos coloca um desafio e a possibilidade de contribuírmos para o progresso da Comunicação no Brasil.

*Manoel Marcondes Machado Neto é professor do Departamento de Relações Públicas da Faculdade de Comunicação da UERJ. Graduado pela FCS-UERJ concluiu o mestrado em Ciência da Informação pelo IBICT/ECO-UFRJ. Foi professor do curso de formação de gerentes do Centro Experimental de Difusão da Informática do SENAC Departamento Nacional, ministrou Marketing nos cursos de graduação em Administração, Economia e Direito das Faculdades Cândido Mendes e é professor convidado do curso de pós-graduação lato sensu em Comunicação da Universidade Gama Filho. Atua como consultor de empresas nas áreas de Comunicação, Marketing e Sistemas de Informação desde 1980.

No ar, o Telejornal Universitário

**Sílvio Júlio Nassar*

Com esta frase marcando a abertura, os alunos do Curso de Jornalismo viveram uma experiência interessante: fazer o telejornal semanal que, exibido no **hall** da UERJ, procurava informar a comunidade sobre os acontecimentos da Universidade, alguma coisa do país e do mundo, mas que principalmente funcionava como laboratório para a disciplina de telejornalismo.

Foi assim até que as dificuldades econômicas e de equipamento fizeram com que o CTE — Centro de Tecnologia Educacional — que deu todo o suporte técnico não pôde continuar a experiência, por dificuldade principalmente de edição, e foi necessário interromper o **TU**. Mas, tão logo seja possível tecnicamente, o telejornal volta ao ar.

Dessa experiência é que retirei algumas observações para uma reflexão. Em primeiro lugar, parece que foi uma iniciativa pioneira. Não tenho conhecimento de outro telejornal universitário exibido para a própria comunidade, regularmente. É possível que exista ou tenha existido mas o intercâmbio de experiências não é o forte das escolas brasileiras de Comunicação Social.

O conteúdo e a forma do Telejornal Universitário procuravam até certo ponto usar como referência o que se produz de noticiário nas tevês oficiais e comerciais, para aqui e ali ir introduzindo alguma inovação na linguagem. Mas como era essencialmente um treinamento, decidimos fazer de forma semelhante ao que se tem no mercado. Quem quisesse produzir um vídeo independente poderia roteirizar, gravar e editar com total criatividade.

É evidente que são grandes as nossas limitações técnicas e a experiência dos alunos como repórteres e redatores muito pequena. Mas estamos aqui justamente para aprender, testar, perder a inibição diante de luzes e câmeras.

A rotina procurava ser a mais aproximada possível do modelo profissional. Fazíamos a pauta, apuração, seleção de assuntos, analisávamos nossa capacidade de produção, íamos para a gravação da reportagem, com cabeça, passagem, encerramento, o que fosse necessário para contar o assunto. Depois, a gravação do **off** e a edição, que o CTE executava em horários vagos nas ilhas da TV Educativa. No estúdio, com cenário próprio, eram gravadas as cabeças de locutor, chamando as matérias, e as notas ao vivo.

A rotina pauta-produção-gravação-edição é a mesma em qualquer emissora e o mais importante é que nunca ninguém

“aprende.” Cada reportagem é necessariamente diferente das outras. Não podemos dizer, portanto, que os alunos “aprendiam” a fazer mas garantimos que esse exercitar é muito produtivo. Alguns dos nossos estudantes fizeram concursos em tevês profissionais e se deram bem.

Queremos escapar, aqui, de dar uma fórmula. O mais importante é a criatividade. Cada um vai fazer o que é possível, o que é de seu agrado, o que corresponde à vontade do grupo e da comunidade. No nosso caso, optamos por fazer um telejornal curto, com notícias rápidas e reportagens que não se estendiam já que a exibição no **hall** não era muito propícia a temas mais longos.

Uma outra opção foi dividir em blocos. Num deles, o noticiário geral, nacional e internacional, com a seleção que o grupo achasse melhor. No texto, poderia ser dada exclusivamente a informação ou acrescentando o comentário. No outro bloco, com uma tapadeira diferente, aparecia UERJ-JÁ (na arte, o **J** de UERJ puxava a perna para escrever logo abaixo a palavra **já**). Era o espaço onde ficavam as notícias de interesse da Universidade: seminários, cursos, sessões de cinema, inscrições para estágios, o que apurássemos em todos os setores.

Outra solução foi a divisão por grupos. Eram três grupos que se revezavam. Numa semana, um grupo estava tratando da pauta, enquanto outro adiantava a produção e o terceiro já tratava da gravação. Com um só estúdio, uma só câmera, mesmo assim não exclusivos, com os alunos do curso noturno (só temos Jornalismo à noite) trabalhando ou estagiando, era essa a nossa possibilidade. A divisão por grupos tinha um fator a mais: a concorrência. Era, numa escala reduzidíssima, uma competição entre três redes. A comparação é hilária mas vale apenas para mostrar que é importante não ter um só telejornal produzido por um só grupo mas se deve estimular essa concorrência.

Não é muito fácil, como também há dificuldades na vida profissional, para se tentar uma isenção, uma visão ao mesmo tempo crítica mas que não seja unilateral. Em outras palavras, devemos ouvir todas as partes envolvidas quando o assunto é polêmico. O **Telejornal Universitário** procurou ser não um órgão dos alunos, nem das entidades dos professores e funcionários, nem da administração central. Se o assunto dissesse respeito a dois ou a três desses segmentos, todos seriam ouvidos. Não havia a intenção de puxar qualquer brasa para sardinha. Cada um que procurasse convencer mais na entrevista com sua argumentação, num tema polêmico.

Mesmo semanal, tentava ficar mais perto possível dos fatos e a pauta ajudava muito nesse sentido. Os pauteiros estavam

sempre atentos para essa necessidade de atualização. E procurávamos ir variando sempre as funções: o pauteiro seria numa próxima edição o repórter, o repórter o apresentador, por aí adiante. É claro que sem forçar ninguém e até respeitando as tendências e aptidões de cada um. Mas, como objetivo, o revezamento sempre foi considerado essencial.

Procurávamos sempre fazer uma reunião de crítica, tal e qual nas emissoras profissionais. A opinião, no entanto, não era ditada do professor para o aluno mas uma auto-avaliação, uma revisão do trabalho do grupo, e principalmente uma auto-crítica. A profissão de jornalista é uma das que mais requerem essa postura difícil de se autocriticar com rigor e justeza. Era curioso verificar como quase não era necessário apontar os erros. Não que eles não existissem mas eram imediatamente detectados por quem os cometeu.

E teríamos muita autocrítica a fazer também do projeto, talvez até coisa que nem interessasse aqui nesse artigo que pretende muito mais ser uma defesa da necessidade desse tipo de trabalho nas faculdades. Nosso **TU** foi visto, fora da UERJ, num encontro promovido pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, no Paraná, e no programa **Universidade Aberta**, da TV-Educativa (na época, o título era só **Universidade**) numa reportagem de Irene Cristina, no programa dirigido por Mounir Safatli.

Foi tão pouco, precário, mas muito bom ter vivido essa experiência. Minhas condições de saúde (perdoem-me colocar uma questão pessoal mas ela foi importante porque o curso da UERJ é muito recente e só estou eu com as disciplinas de TV) também colaboraram para que o projeto sofresse interrupção. O telejornal requer muito fôlego. Mas um dia, aqui na UERJ, tenho certeza de que vai ser possível, e espero que projetos semelhantes possam ganhar espaço (no Encontro Internacional IBM de Jornalismo deu água na boca ver o que é produzido numa escola da Flórida, EUA). E com todo o entusiasmo, o locutor-aluno anunciar: — No ar, o Telejornal Universitário!

**Sílvio Júlio Nassar, professor da Faculdade de Comunicação Social, Departamento de Jornalismo. Tem 22 anos de experiência em telejornalismo, na Globo, Bandeirantes e Manchete. É autor de um livro didático sobre TV “1.000 Perguntas — Televisão” e escreveu artigos para a Revista de Comunicação, além de reportagens e artigos para a imprensa em geral. É autor infantil-juvenil e roteirista de televisão (Caso Verdade “De pernas pro ar” — direção de Reynaldo Boury, com Paulo José). Concluiu recentemente a pesquisa “Doenças profissionais em Comunicação Social”.*

Jornalismo literário

*Héris Arnt

No século XIX literatura e jornalismo são indissociáveis. Os maiores escritores do século XIX passaram pela imprensa e muitos, antes de se tornarem romancistas, foram jornalistas, como Mark Twain, José de Alencar, Dickens, Machado de Assis entre outros. A participação dos escritores como editores, articulistas, cronistas e autores de folhetim foi de tal ordem que podemos qualificar este período como do jornalismo literário.

O termo jornalismo literário, na acepção que damos neste trabalho, refere-se ao período que começa em meados de 1830 e vai até o final do século e que se caracteriza pela presença maciça de escritores na imprensa, melhorando a qualidade do texto, levando os jornais a grandes tiragens e criando um público para a literatura. Esta forma de conceber e fazer jornal que se desenvolveu no século XIX se caracterizou pela militância de escritores na imprensa, levando a literatura para as páginas dos jornais e a crítica sutil à sociedade e costumes da época. O jornalismo literário possibilitou um tipo de informação mais sutil sobre a sociedade, interferindo no próprio caminho percorrido pela literatura, e determinando o tipo de jornalismo do século XX — informativo e atraente. O jornalismo do século XIX recebe a influência dos escritores, mas esta passagem dos escritores pela imprensa vai refletir, também, na literatura.

O jornalismo literário não se refere à imprensa especializada em literatura, que foi um fenômeno que apareceu no século XVII e que perdura, hoje, nos jornais e revistas especializados em literatura, nos suplementos de livros e na crítica literária.

A crítica literária começa a ser feita na França em 1665, trinta anos depois da primeira gazeta política. O *Journal des Savants* tinha o objetivo de anunciar os livros novos, dar uma idéia de seu conteúdo e divulgar e documentar as novas descobertas científicas. Esta é a primeira vez que aparece o termo jornal para designar um periódico. Na origem, jornal quer dizer exclusivamente um periódico especializado em literatura, conforme aparece no dicionário da Academia Francesa de 1684. Interessante é o fato

de um *journal* (diário) ser semanal ou quinzenal.

Este jornal representou um grande avanço no sentido da informação, do compromisso da imprensa com a divulgação de fatos importantes que interferiam na vida do homem comum. O *Journal des Savants* foi o primeiro periódico que começou a divulgar as invenções científicas, que até então só eram divulgadas através de correspondência pessoal entre cientistas de diversos países. Este modelo de jornal foi imitado e copiado imediatamente e floresceu por todos os países da Europa.

Le *Journal des Savants* deu uma outra contribuição importante: durante um curto período, dirigido por Desfontaines, adotou pela primeira vez na história da imprensa uma linha de crítica literária militante e agressiva. Ele criticava os filósofos do *siècle des lumières*, sobretudo Voltaire, por sua influência na Academia Francesa.

Desfontaines teve o grande mérito de trazer a discussão literária para o público em geral, tirando a exclusividade dos círculos literários. Outro seguidor deste tipo de jornal foi Fréron, que criticava a literatura institucionalizada e patrocinada pela Academia, sobretudo Voltaire, por sua proximidade com os poderosos. Voltaire tinha ódio de Fréron, a quem fazia injúrias através de seu teatro, e contra ele escreveu o poema *La Pucelle*.

Os jornais literários se desenvolveram por toda a Europa, começando então a aparecer gêneros híbridos, jornais políticos que continham crítica literária. Os jornais literários que se desenvolveram ao longo do século XVIII eram essencialmente críticos à literatura e aos homens de letras, e não contavam com a participação dos próprios escritores. Esta participação só ocorreria no século XIX, primeiramente na Alemanha.

O despertar intelectual que se produziu na Alemanha no século XVIII permitiu que aparecessem ao lado dos jornais políticos a imprensa literária. Os primeiros jornalistas dedicados à crítica literária, na Alemanha, foram Lessing, Nicolai e Wieland. Nicolai passou para a posteridade como um personagem ridicularizado por Schiller e Goethe. Na verdade ele foi um grande crítico, que fundou diversas gazetas e revistas e durante 30

anos influenciou o público letrado alemão. Foi Nicolai quem teve o talento de agrupar grandes colaboradores, e quem conseguiu a adesão de escritores que começaram a escrever artigos para seus jornais.

Estava pronto o terreno, na Europa, para o fenômeno característico da imprensa do século XIX, que foi a participação ativa de escritores na imprensa, quer como editores, articulistas, cronistas ou escritores de folhetins.

Dickens cobria o Parlamento inglês, Machado de Assis o Senado brasileiro. Mark Twain passou por todos os setores de um jornal, Victor Hugo, Balzac e Zola passaram pelo jornalismo. Dostoiévski tirou *Crime e Castigo* das páginas criminais dos jornais. Há mais informações nas crônicas políticas de Machado de Assis, Dickens e Seba Smith (Major Jack Dowling) do que nas páginas exacerbadas dos pasquins políticos. Através da ficção folhetinesca que não se pretendia informativa, nem declaradamente crítica, encontramos a mais rica informação sobre o século XIX e a crítica profunda aos costumes da época.

No Brasil o jornalismo literário foi particularmente importante porque o movimento editorial de livros era fraco; não existiam gráficas e os livros tinham que ser impressos em Portugal e Londres. Praticamente todos os escritores passaram pela imprensa: Aloísio de Azevedo, Raul Pompéia, Visconde de Taunay, Joaquim Manoel de Macedo, José de Alencar, Manoel Antônio de Almeida, Machado de Assis, Euclides da Cunha entre outros.

Nos Estados Unidos, apesar de ter havido um movimento editorial bastante desenvolvido, os escritores só tinham possibilidade de publicar suas obras através da imprensa. As editoras não publicavam os autores americanos — sempre um risco editorial — preferindo publicar versões piratas dos clássicos ingleses, que tinham público assegurado. Os Estados Unidos foram os grandes infratores dos direitos autorais do século XIX, já que os autores ingleses nada recebiam pela publicação americana de suas obras. Sir Walter Scott, criador de *Ivanhoé*, foi uma vítima deste sistema. Apesar de ter seus livros constantemente reeditados nos Estados Unidos, morreu na miséria, sem nunca ter recebido direitos de autor.

O jornalismo europeu viveu no século XIX, principalmente a partir da segunda metade, a efervescência do aumento do número de leitores, devida à ascensão das massas urbanizadas à alfabetização. Os jornais em poucos anos passaram a grandes tiragens, suprimindo a necessidade de cultura dos novos consumidores. O folhetim foi a grande força de apelo aos novos leitores. O livro ainda era muito caro para ser consumido pelos assalariados, e o jornal vai ocupar este espaço publicando folhetins, romances e contos.

Alguns jornais franceses chegaram a publicar simultaneamente seis folhetins. Nenhum jornal pode fugir do esquema dos folhetins, desde os conservadores, voltados para uma elite burguesa, como foi o caso do tradicional jornal **Figaro**, até o jornal socialista **L'Humanité**. Quase todos os escritores do século XIX vão escrever para os jornais. O fenômeno francês vai se repetir em toda a Europa.

Quando o desenvolvimento industrial tornou possível o aumento das tiragens dos jornais e o barateamento dos custos, havia por trás uma forte pressão popular das gerações recentemente alfabetizadas, ávidas por leitura, que permitiu o aumento da circulação. A publicação de obras literárias integrou uma nova camada da população no círculo de leitores.

A participação de escritores na vida cotidiana dos jornais foi um fenômeno universal, e no Brasil deixou um legado à cultura brasileira, com a publicação de um grande número de obras literárias. Contudo, o fenômeno no Brasil não contava com a participação da massa da população que, condenada ao analfabetismo, não tinha acesso à cultura letrada.

Ao longo de sua história, o Brasil tem tomado de empréstimo idéias européias sem respaldo no seio da sociedade. Os movimentos literários europeus estão embasados em modificações profundas no quadro social. No Brasil, as duas coisas necessariamente não precisam vir juntas. Isto ocorreu em relação ao jornalismo literário, que teve uma grande influência na vida cultural brasileira, lançando os fundamentos do romance brasileiro, com José de Alencar; permitiu a produção de um romance picaresco como **Memórias de um sargento de milícias**, a porta de entrada do povo na literatura, e possibilitou o aparecimento de um dos maiores escritores brasileiros, Machado de Assis; só que este movimento não representou uma maior participação social nos bens culturais.

O movimento de massificação da cultura começa com o folhetim oferecido pelos editores de jornais, a preços baixos, para o grande-público. Aí começa o fosso entre o Brasil e os outros países. O jornalismo literário no Brasil não tinha por trás um movimento de alfabetização do povo. O nosso folhetim não representava o acesso dos proletários à cultura letrada. O folhetim brasileiro estava voltado para a própria burguesia, que em termos culturais vivia em autarcia — produzindo e consumindo para ela mesmo. O jornalismo literário no Brasil foi riquíssimo; produziu em termos relativos uma literatura tão rica quanto em outras partes do mundo, mas sem respaldo na evolução do movimento social, não representou um avanço da cultura letrada.

A influência dos escritores no jornalismo determinou um estilo de jornal. Esta forma de conceber e de fazer o jornal representa uma perfeita síntese entre opinião e informação. O jornalismo literário é informativo: Machado de Assis deixou profundos conhecimentos sobre a sociedade brasileira; Dickens fez uma pintura sem retoques da sociedade inglesa na passagem para o sistema capitalista; Balzac foi o historiador da sociedade francesa. As crônicas, os folhetins são fontes de informação inesgotáveis sobre as sociedades que retratam. Críticos da sociedade de sua época, os escritores/jornalistas, através de todos os gêneros a que se dedicaram, deixaram uma análise sutil sobre usos e costumes, que servem de material de estudo para historiadores e pesquisadores. E mais do que isto, a observação minuciosa da sociedade que os cercava, levaram esses escritores a fazer profunda análise da natureza humana.

A influência dos escritores no jornalismo não foi unilateral: não só os escritores determinaram o tipo de jornalismo literário, como a literatura sofreu influência do jornalismo. Através das crônicas e folhetins, os escritores criticavam os costumes, a política, as instituições da época, combinando crítica com informação. Mas, preso à matéria de jornal, o produto literário vai sofrer as pressões que o atrelam a uma forma narrativa de total envolvimento com o leitor. A literatura do século XIX publicada nos jornais estará profundamente enraizada na realidade, no cotidiano, nas reais agruras dos seres humanos.

Os jornais do século XIX ainda não têm o compromisso com a informação objetiva e imparcial, que seria o sonho perseguido no século XX pelos homens

de imprensa, mas começa a se afastar do pasquim de opinião tendenciosa de grupos e facções. São os escritores que vão buscar a isenção, elevando os debates para o nível das idéias — as instituições serão questionadas e analisadas em profundidade. Enquanto Machado de Assis em tom irônico analisava as entranhas da nossa vida política, fazendo a cobertura do Senado, Dickens fazia o mesmo no Parlamento inglês, Seba Smith criticava o Congresso norte-americano, Balzac ironizava o governo da Restauração. Dostoiévski sofria constrangimentos de toda a sorte (prisão, pagamento de multa) em consequência dos artigos que escrevia. Além da missão de denúncia, a que todos mais ou menos se propunham — Dickens de maneira obsessiva, Balzac de forma atormentada e Machado de Assis de maneira mais velada — eles assumiam, também, a função de educar. O folhetim do século XIX tinha um compromisso com a massa recentemente alfabetizada, e pretendia levar a cultura letrada para um grande número de pessoas.

O cronista/escritor fazia crônica de opinião — foram eles que melhor criticaram a sociedade de seu tempo — mas as crônicas eram também informativas. O escritor do século XIX fazia do seu ofício uma profissão de fé na verdade. Conscientes do papel de historiadores do momento fugaz, eles informavam o que se passava a seu redor com a intenção de deixar uma testemunha para a posteridade.

O jornalismo determinou e moldou os rumos da literatura, que nunca mais pode privilegiar a reflexão em detrimento da ação. Em todos os escritores que passaram pela imprensa há algo em comum — estes escritores não deixam de observar a vida.

A partir da análise da influência do jornalismo na literatura, conclui-se que o movimento realista está inteiramente ligado ao jornalismo. Toda a matéria de jornal, do anúncio ao folhetim, tem compromisso com a informação. No jornal, tudo informa. Ao buscarmos a objetividade, ao tentarmos retratar em seus personagens as características universais do ser humano, ao se arvorarem o papel de historiador dos movimentos sociais de que são testemunhas, não estão os escritores levando para a ficção os fundamentos do jornalismo?

*ARNT, Héris. Professora da Faculdade de Comunicação Social da UERJ — Dept. de Jornalismo. Mestre em Comunicação/UFRJ.

Projeto REDE:

o desafio das vagas ociosas nas universidades públicas

***Thereza Lucia I. Bonente**

Com a autonomia conquistada para a realização do concurso de seleção aos seus cursos de graduação fora do sistema unificado, a UERJ, como outras universidades públicas, passou a enfrentar o problema das vagas ociosas. O sistema unificado implicava em um processo classificatório, garantindo o preenchimento de todas as vagas oferecidas com a exigência de um grau obtido diferente de zero. O atual concurso permite o ingresso de estudantes com uma nota mínima de 3.0, um requisito dificilmente atendido pela maioria vinda das escolas de 2º grau da rede pública.

A implantação do Projeto REDE (Regime Didático Especial) foi um desafio para a UERJ, que, além da filosofia de integrar a universidade pública com a comunidade, num processo de auto-avaliação que cria subsídios para a melhoria do ensino em diferentes níveis, possibilita também o ingresso nos seus cursos de alunos potencialmente capazes, mas que obtiveram médias até 1.0 ponto abaixo do limite exigido para aprovação.

Em outubro de 1988, a Sub-Reitoria de Graduação (SR-1) criou uma comissão integrada por professores de diferentes Unidades com o objetivo de colher dados que orientassem a implementação do REDE. Um caminho percorrido até a aprovação pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa (CSEP). Assim, conforme normas complementares do Edital do concurso de Seleção/1989 — UERJ/UFRJ/ENCE/CE-FET — a UERJ ofereceu o REDE.

O resultado da 2ª fase do concurso definiu o alunado, com média entre 2.0 e 3.0. Foram convocados 110 alunos, dos quais 97 aceitaram o convite e integraram o corpo discente.

O modus operandi foi orientado por alguns princípios básicos, discutidos em seminário interno, como interdisciplinaridade, essencialidade dos conteúdos, métodos e técnicas de estudo, ensino e avaliação e definição dos programas geral e específico. Desta forma, os alunos-REDE trabalharam, num primeiro momento, com disciplinas norteadas por um tema integrador (Língua Portuguesa, Filosofia, História e Comunicação) e, num segundo momento, com disciplinas essenciais e es-

pecíficas por grupo de carreira (Física, Química, Biologia, Matemática e Geografia). Além das disciplinas dos programas geral e específico, foram oferecidas aulas de Inglês e Espanhol e aulas de reforço para redação. Os alunos puderam se inscrever também em 3 disciplinas das carreiras escolhidas.

Como uma primeira resposta que a Universidade tenta dar às críticas que são feitas ao 1º e 2º graus, há uma preocupação em engajar os licenciandos nestas áreas oferecidas aos alunos-REDE. É a união das duas pontas: o recém ingresso e o formando. Assim, um novo campo de estágio se abre aos alunos de Prática de Ensino que passam por um treinamento até ficarem aptos para ministrar as aulas, supervisionados por seus professores na Faculdade de Educação.

Verificou-se que o aluno-REDE, em muitos casos, suplantou em rendimento os alunos que ingressaram na Universidade com média superior. Em dados mais concretos, das 39 disciplinas cursadas por alunos-REDE e alunos não-REDE, constatou-se estatisticamente um melhor desempenho do aluno-REDE em 22 delas, repre-

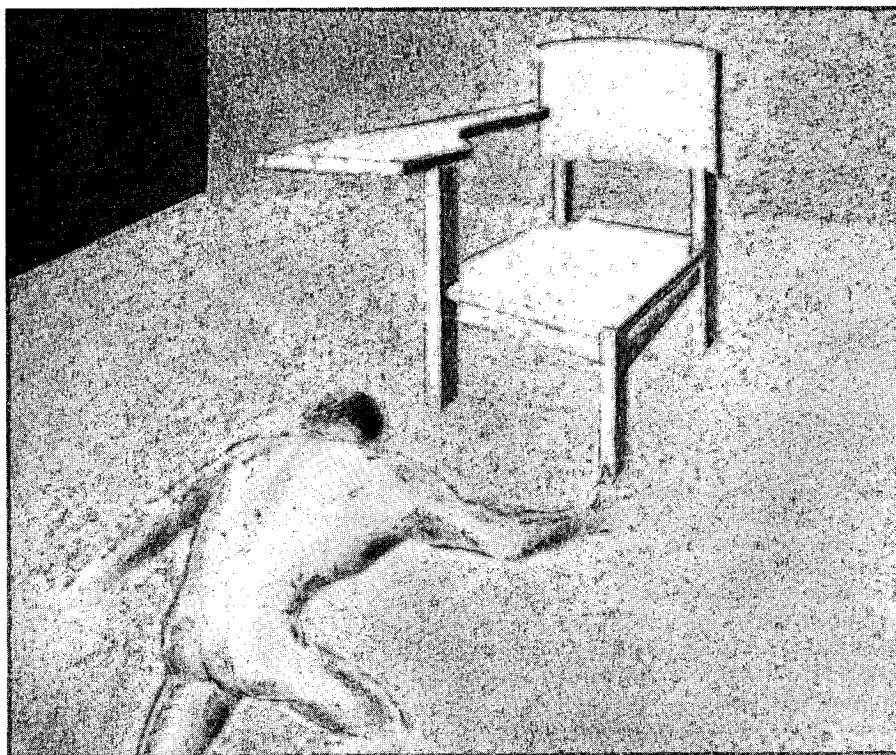
sentando um percentual de 56,4%. Um percentual que seria maior se todos os alunos estivessem matriculados em seus cursos desde o 1º semestre letivo.

O sucesso do projeto se dá pelo baixo índice de evasão. Dos 97 alunos que ingressaram, 80 chegaram à avaliação final, com 95% de aprovação.

Em 1990, com uma estrutura administrativa mais sólida, importantes conquistas acadêmicas e o desenvolvimento concreto de sua proposta pedagógica interdisciplinar, o REDE se estabeleceu definitivamente como excelente campo de estágio, superando a idéia inicial de preencher vagas ociosas com alternativas bem mais importantes.

Hoje, o Projeto REDE institucionalizado e com carga horária específica para este fim, apresenta-se como um constante desafio para a UERJ, no sentido de dar continuidade e incentivo a esta proposta pioneira.

*** BONENTE Thereza Lucia I.** Licenciada em Letras/UERJ. Bacharelada em Comunicação Social, estagiária de Relações Públicas na Sub-Reitoria de Graduação (SR-1) da UERJ e ex-aluna-mestre no Projeto REDE.



Prestação de serviços à universidade:

o Departamento de Relações Públicas da Faculdade de Comunicação da UERJ aperfeiçoa os servidores no atendimento ao público.

***Manoel Marcondes M. Neto**

As relações humanas constituem uma parte considerável das preocupações das Relações Públicas.

Espaço multidisciplinar do saber, as relações humanas, como área de especialização profissional e empresarial, perseguem o ideal de um relacionamento harmonioso entre as pessoas que constituem uma empresa.

Dentro de sua filosofia de prestação de serviços à UERJ, o Departamento de Relações Públicas da FCS colocou-se à disposição da Divisão de Desenvolvimento de Pessoal para a montagem de um curso de atendimento ao público voltado ao aperfeiçoamento daqueles servidores que, em suas atividades, incluam o contato com o público interno universitário e público em geral.

Desenvolvido em conjunto pelos professores do DRP e técnicos da DDP em 1988, o curso já foi ministrado para quatro turmas num total de 100 servidores; consta de 20 horas-aula e tem os seguintes objetivos:

- informar aos participantes as funções do atendimento ao público;
- conscientizar os participantes da importância da função de atendimento para a instituição;
- sensibilizá-los sobre a necessidade de se prestar um atendimento eficiente;
- desenvolver a competência interpessoal nos aspectos relativos a comunicação, cooperação e interação, visando aumentar a qualidade do atendimento ao público.

Além de ambientar os servidores à universidade, o curso procura incorporar conceitos básicos sobre os objetivos desse tipo de instituição e seu papel na sociedade. São informados sobre a variada gama de produtos e serviços que as diversas unidades universitárias oferecem à comunidade e introduzidos ao tipo de clientela que frequenta o campus.

São ensinados conceitos básicos de comunicação e informação ao mesmo tem-

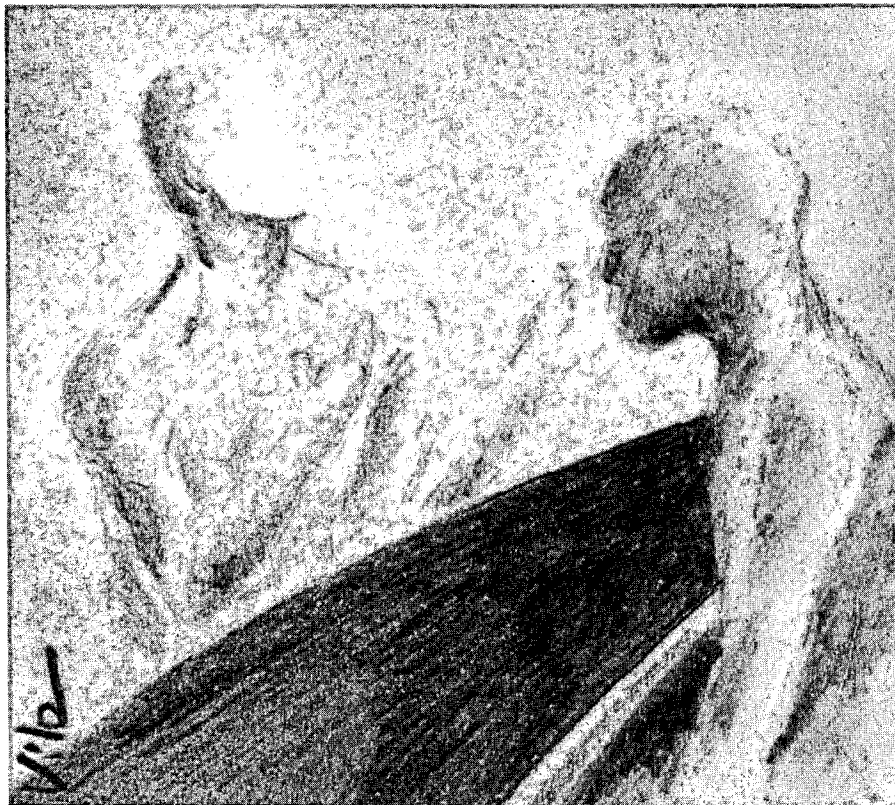
po que através de dinâmica de grupo e utilização de recursos de dramatização e tecnologia educacional são desenvolvidos temas como percepção, relacionamento interpessoal, postura profissional, estratégias de atendimento, entre outros. Se aplicável ao tipo de função que os servidores exerçam são abordados aspectos de atendimento telefônico e fundamentos de organização e métodos.

Os cursos desenvolvem-se em instalações da universidade, ao longo de cinco dias, normalmente no espaço de uma semana e durante a jornada de trabalho dos servidores. Contam pontos na carreira funcional e influem na conquista de promoções no âmbito do Plano de Cargos e Salários da universidade.

Sucesso absoluto, o curso de atendimento ao público abriu à Faculdade de Comunicação uma importante linha de atuação junto à administração da UERJ e novos produtos e serviços estão sendo solicitados e desenvolvidos pelos profissionais que compõem o corpo docente. Como exemplos temos: o Disc-Saúde, um serviço de utilidade pública do Escri-

tório-Modelo de Relações Públicas em convênio com o Hospital Universitário Pedro Ernesto e que consiste em informar a população carioca e fluminense acerca de AIDS, hanseníase e outras doenças que têm como fator agravante a desinformação; o Projeto de Estudo para utilização de áreas externas da UERJ como "out-doors" com receita revertida para a universidade; e, finalmente, o Áudio-UERJ que consiste num sistema de alto-falantes para informação rápida e abrangente no campus universitário.

*Manoel Marcondes Machado Neto é professor do Departamento de Relações Públicas da Faculdade de Comunicação da UERJ. Graduado pela FCS-UERJ concluiu o mestrado em Ciência da Informação pelo IBICT/ECO-UFRJ. Foi professor do curso de formação de gerentes do Centro Experimental de Difusão da Informática do SENAC Departamento Nacional, ministrou Marketing nos cursos de graduação em Administração, Economia e Direito das Faculdades Cândido Mendes e é professor convidado do curso de pós-graduação lato sensu em Comunicação da Universidade Gama Filho. Atua como consultor de empresas nas áreas de Comunicação, Marketing e Sistemas de Informação desde 1980.



Comunicação Social e vida acadêmica: Transparência universitária

Entrevista com o Prof. Isac João de Vasconcellos, Sub-Reitor de Graduação da UERJ.

**Eneida Leão*

**Thereza Lucia I. Bonente*

P. Prof. Vasconcellos, a SR-1 vem utilizando muito a comunicação social. O Boletim Informativo é um exemplo. Por que a SR-1 iniciou este trabalho de divulgação? A partir de que momento a comunicação se fez necessária?

R. Acharmos fundamental estabelecer um vínculo efetivo com os diversos setores da Universidade, a fim de que os nossos projetos e idéias cheguem a todos e possamos saber o andamento dos trabalhos e, sobretudo, ouvir as críticas e sugestões da comunidade acadêmica.

P. Este trabalho de divulgação deve ser realizado por outros setores da UERJ? Por quê?

R. A UERJ vem trabalhando com afinco no campo da comunicação social. No entanto, esta preocupação não permeia a Universidade como um todo. Certamente, o campo deve ser desbravado em alguns setores e a Faculdade de Comunicação Social pode desempenhar um papel pedagógico importante para equalizar o sistema.

P. Sabemos da sua preocupação em relação a melhoria dos cursos de graduação da nossa Universidade. Qual foi a proposta inicial da SR-1 neste sentido?

R. A SR-1 estruturou um planejamento participativo reunindo projetos acadêmicos que buscassem promover alterações substantivas no ensino de graduação. Devem ser destacados os projetos de Revisão Curricular, estruturação do Regimento do Sistema Acadêmico, Avaliação dos Cursos de Graduação, Implantação da Orientação Acadêmica, Projeto REDE, redirecionamento dos Estágios e Monitoria, Modernização Administrativa — incluindo a informática — a Racionalização da Oferta de Disciplinas e o Vestibular.

P. De que forma a divulgação tem contribuído para o desenvolvimento do planejamento participativo?

R. Contribui na medida em que encurta as distâncias entre as pessoas, divulgando dados, análises, propostas e decisões, e intercambiando experiências dos departamentos e setores ligados ao ensino de graduação.

P. Poderia falar sobre as diretrizes que nortearam a concepção do planejamento participativo?

R. Basicamente definimos três diretrizes: a democratização do poder e do sa-

ber, a excelência acadêmica e o compromisso social.

P. Quais as relações entre uma gestão que trabalha com planejamento participativo e o uso da comunicação social?

R. A seiva do planejamento participativo é a informação. A medida que criamos canais ou desobstruímos os já existentes tornamos o fluxo de informações mais intenso, propiciando que se instigue o pensamento sobre conhecimento novo e estimule a troca de idéias, que caracterizam um planejamento participativo, podendo desta forma ser redirecionado a cada momento. Não é sem motivo, portanto, que a SR-1 criou o Boletim Informativo, renovou o Manual do Estudante e, em breve, lançará os Cadernos da Graduação e o Manual do Professor, além de promover frequentes encontros para debater questões ligadas ao nosso ofício.

P. Considerando a função por excelência da Universidade que é o incentivo ao ensino, à pesquisa e à extensão, que exemplos concretos poderia citar como contribuição da SR-1 neste sentido?

R. Podemos citar como atividade integradora do ensino e pesquisa o Projeto REDE que, muito embora não tenha pretensão messiânica, vem contribuindo para o aprimoramento das práticas interdisciplinares, tão úteis na consecução dos objetivos de modernização das licenciaturas em nossa Universidade quanto o acompanhamento de perto dos estagiários feito pelos professores-supervisores do Projeto REDE. E foi através da pesquisa-ação que o grupo atuante no projeto definiu o corpo teórico e prático do próprio projeto.

P. Que projetos destacaria como principais desencadeadores da revisão curricular nos cursos de graduação?

R. O alvo será atingido quando os currículos de nossos cursos de graduação estiverem enxutos, mantendo apenas as disciplinas essenciais; quando o sistema acadêmico se tornar eficiente e ágil para respeitar a escolha do estudante por disciplinas de qualquer curso, a partir de regras simples; quando a orientação acadêmica existir, de fato, em todos os quadrantes; e evidentemente se dispusermos de estrutura de informática na DAE que permita esse salto de qualidade. Obviamente, boa parte dessas realizações deverá ser precedida da avaliação dos cursos de graduação promovida pelas Unidades. Acreditamos que ainda no 2º semestre de 90 alguns desses sonhos se concretizem.

P. A SR-1 tem algum paradigma de Universidade que tenha influenciado no desenvolvimento dos projetos?

R. A Universidade brasileira ultimamente vem sendo acusada de ineficiente, perdulária, distante das referências de qualidade e afastada da sociedade. Ao nosso ver, a forma de contra-argumentar é avaliar as nossas ações, estipulando uma política acadêmica e perseguindo os objetivos traçados. Sem dúvida, trabalhar internamente com todos os que pretendem colocar a Universidade na vanguarda, a despeito de pressupostos ideológicos, é bem mais instigante do que buscar paradigmas ou modelos em outras Universidades. E essas afirmações de forma alguma desvalorizam a importância do intercâmbio das instituições de ensino superior.

P. O Sr. julga que os esforços da SR-1, após dois anos e meio de gestão, contabilizam um balanço positivo?

R. Creio que o resultado é positivo. Vamos ver: praticamente todos os cursos de graduação estão em processo de revisão curricular ou já concluíram a reformulação; o Regimento do Sistema Acadêmico deve ser enviado ao CSEP em setembro próximo; as comissões designadas para efetuar a revisão da oferta de disciplinas reduziram significativamente o seu número em vários cursos; o REDE permitirá o aperfeiçoamento do 1º ciclo dos cursos de graduação, das licenciaturas e do próprio vestibular; as práticas administrativas no campo da graduação estão sendo simplificadas; o estágio e a monitoria apresentam sensíveis melhorias no seu funcionamento e por fim, a informática está chegando.

P. O que aponta como mudança mais significativa após este período?

R. A mudança de mentalidade. Não sei se inspirados em Fernando Pessoa quando perguntava: "... que ando eu a querer de mim ou de tudo neste mundo?", o fato é que na UERJ, hoje, não se pensa em sacrificar o ensino ao culto da pesquisa, mas sim, promover transformações no ensino, valorizando o professor competente e sério em busca de uma Universidade moderna.

***BONENTE, Thereza Lucia I.** Licenciada em Letras, Bacharelada do Curso de Comunicação Social e estagiária de Relações Públicas na SR-1/ UERJ.

****LEÃO, Eneida T.** Profissional de Relações Públicas formada pela FCS/UERJ e mestranda em Educação Brasileira na UFRJ.

SR-3 em busca da integração universitária

Entrevista com o Prof. José Henrique Withers Aquino, Sub-Reitor para Assuntos Comunitários.

*** Cláudia França**

A Sub-reitoria de Assuntos Comunitários (SR-3) é a mais nova SR da UERJ e, segundo o sub-reitor José Henrique Withers Aquino, a preocupação da atual gestão administrativa é transformar esta sub-reitoria em Sub-Reitoria de Extensão. Cumprindo-se, assim, uma das diretrizes da atual administração, que é tornar a extensão uma prática acadêmica de fato, além de promover a integração entre os diversos cursos da Universidade.

Apesar de já contar com 90 projetos em andamento — entre cursos e projetos de atuação direta — o sub-reitor acredita que este é apenas o princípio de uma longa jornada, onde constantemente é necessário superar as barreiras financeiras e o tradicionalismo de alguns setores da Universidade, acostumados a trabalhar isoladamente:

“Na Universidade não existe o hábito de desenvolver trabalhos conjuntos. Acredito não existir o hábito de desenvolver trabalhos conjunto. Acredito na aproximação das unidades a fim de trazê-las para um trabalho em projetos comuns, pois vivemos numa sociedade complexa que deve sempre ser analisada pelos mais diversos prismas.”

A evidência desta tentativa de integração aparece em alguns projetos, como o PROGRAMA DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS, que promove cursos e busca criar e catalogar documentos sobre o assunto. Neste programa estão envolvidas as Faculdades de Direito, Psicologia, Comunicação Social e o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. “Procuramos inclusive estimular os alunos destas unidades a uma pesquisa acadêmica direcionada para o assunto em questão” — declarou o sub-reitor. Também se destacam os programas: INTERNATO RURAL (que congrega 5 unidades da Universidade e, através do convênio com SUDS, internos de medicina de outras Universidades); o PROGRAMA PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS, ocupando um espaço que não é preenchido por outras empresas públicas; e o PROJETO DE REASSENTAMENTO EM BANGU, que prevê a posse definitiva de terrenos para

10.000 famílias carentes.

“Todos estes projetos têm tido grande aceitação da comunidade por eles favorecida. Infelizmente, porém a UERJ não tem uma tradição de divulgação destes trabalhos e só agora estamos criando este hábito, o que ainda não é o bastante em termos de Comunicação. Estamos apenas no início deste trabalho conjunto”, enfatizou o Prof. Aquino.

Apesar disso, no ano passado, a SR-3 conseguiu cerca de 70 inserções nos jornais do Grande rio, o que já caracteriza um embrião de divulgação que germina no meio acadêmico. A SR3 tem, inclusive, planos de confeccionar um catálogo de projetos de extensão e serviços, cujo objetivo é informar toda a comunidade da UERJ, bem como a outros interessados.

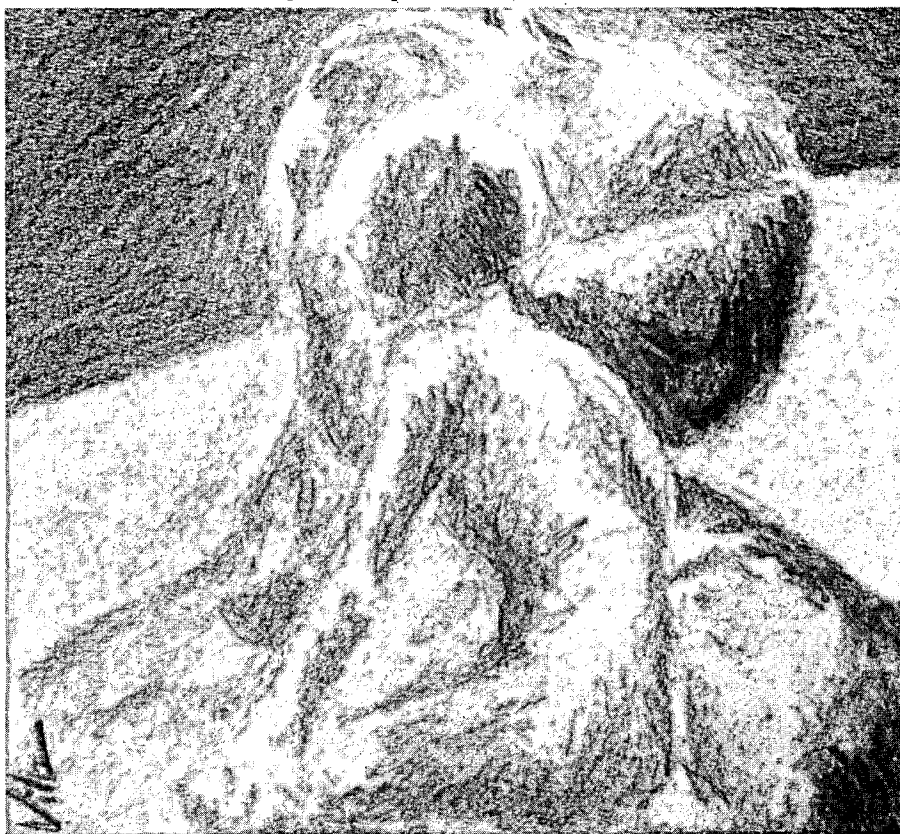
Quanto a Faculdade de Comunicação Social, o sub-reitor acredita que ela vem crescendo muito no âmbito universitário e acha válida a iniciativa de uma abertura maior da Faculdade — no que diz respei-

to à comunidade interna e externa à UERJ. “O curso de Lideranças Comunitárias” e a campanha “Hanseníase tem Cura”, são dois exemplos de trabalhos que trouxeram excelentes resultados junto à comunidade. O trabalho feito pelo Jornal VIDA (do Projeto de Direitos Humanos e Cidadania), tem sido amplamente elogiado, inclusive por profissionais de outras entidades”.

“Como ex-aluno e professor do Instituto de Medicina da UERJ, sempre acreditei que a extensão pode e deve ser revitalizadora da Universidade e, como Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a UERJ tem obrigação de voltar-se para o estado e seus problemas”, concluiu o Sub-Reitor para Assuntos Comunitários, Prof. José Henrique W. Aquino.

***Cláudia França**

Bacharelanda em Comunicação Social e monitora do Departamento de Relações Públicas da FCS/UERJ.



Com a palavra...

CACOS

**Marcelo Luiz Ficher
Flávio Tavares Siciliano*

O Centro Acadêmico de Comunicação Social — CACOS/UERJ — constitui o que se convencionou chamar representação. A priori, então, devemos definir qual o conceito de representação que adotamos, para em seguida falar dos mecanismos usados para exercê-la.

“Politicamente... o representante é um mensageiro destinado a exprimir não a sua opinião ou a sua vontade, mas uma vontade e uma opinião preexistente na comunidade que o designa. Está ele, por isso, adstrito a fazer chegar onde de direito o que os representados querem e, o mais das vezes, prefixam em instruções.”

Manoel Gonçalves Ferreira Filho

A representação denota uma delegação de atribuições que devem convergir para os interesses dos representados. Portanto, é necessário reconhecer as expectativas, os anseios, enfim o perfil do pensamento daqueles que lhe delegaram um mandato, uma missão, um trabalho.

A representação estudantil, cercada de questões delicadas, pauta diversas discussões sobre o seu espaço, a sua área de atuação e, principalmente, o seu grau de influência: teoricamente deve estar onde houver assuntos de interesse dos estudantes, dar voz e voto a esses nos foros decisórios e fazer deles sujeito e alvo das críticas, sujeito e alvo dos destinos da Universidade, na mesma proporção que os demais interessados. Na prática, porém, as dificuldades começam logo, mais precisamente no próprio reconhecimento da função e do valor de se fazer representado.

A formação cultural e educacional que recebemos nos acostuma a fórmulas prontas e acabadas, às quais acabamos por nos inserir mesmo que nos violentem em determinados aspectos. O primeiro grande obstáculo é mostrar ao estudante a importância de se tornar um agente dentro da universidade, e não apenas um receptáculo de informação. Sob os mais variados signos, a

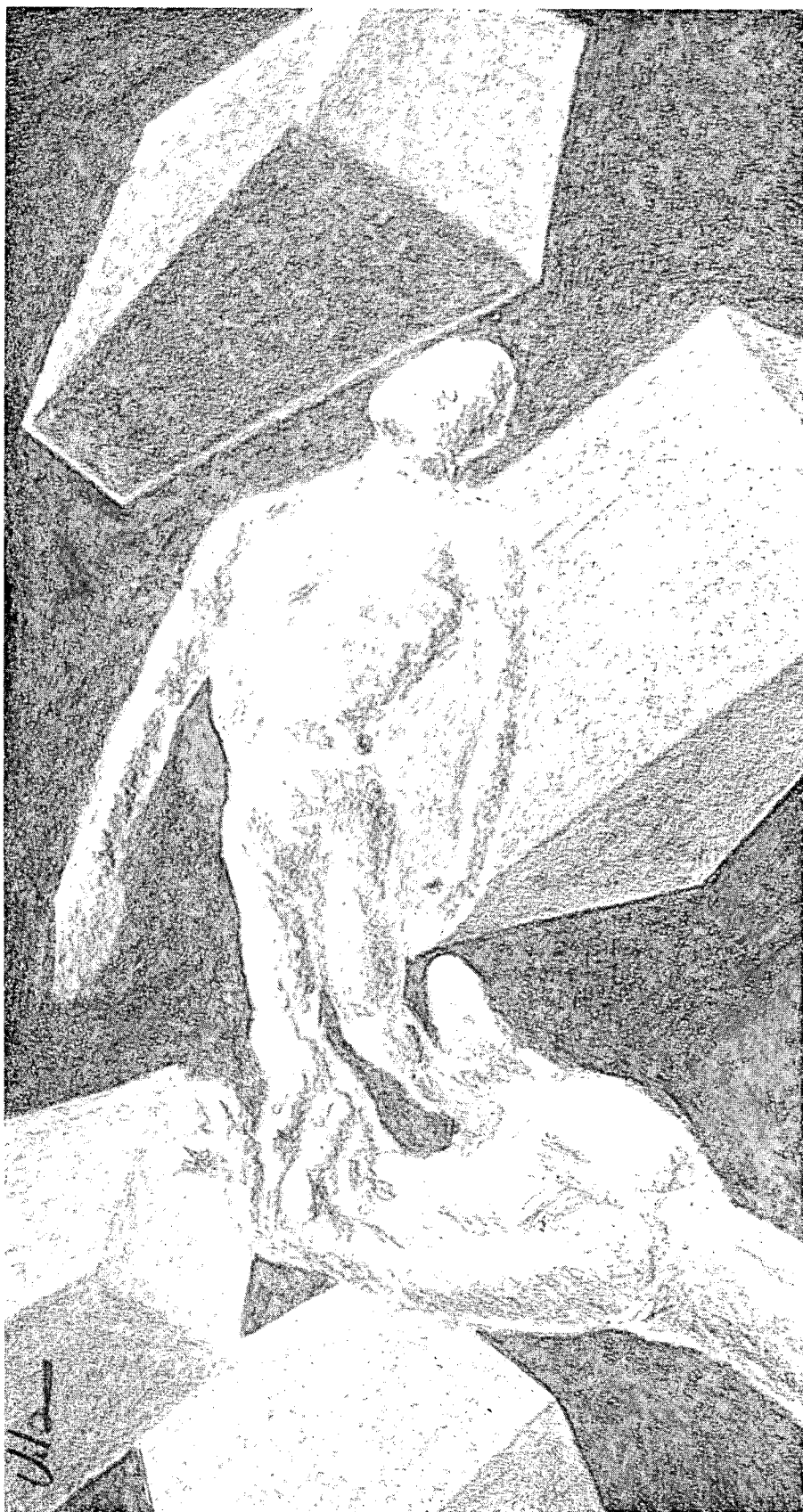


falta de costume em tomar decisões se reflete na relação representação-representado. A falta de participação nas assembleias e reuniões deliberativas, o pouco convívio com a rotina dos C.A.s e a falta de cobrança dos eleitores demonstram claramente a essencial tarefa para o início de qualquer projeto: a conscientização.

A experiência tem nos mostrado que a questão fundamental para o bom exercício está no equilíbrio entre o imobilismo e o paternalismo. Qualquer desses extremos produzirá um desvirtuamento dos objetivos originais da representação estudantil. O primeiro, por omissão, e o outro, por não estimular a participação, não favorecer a discussão e por perpetuar através da entidade uma transferência de responsabilidades geradora de dependência. A busca desse equilíbrio determina a vontade política daqueles que dirigem a entidade. Quanto maior a proximidade, melhores os resultados.

O Movimento Estudantil passa por um momento muito difícil. Convivendo com um ceticismo generalizado — desmotivador ao extremo — deve fazer com que o estudante perceba (e utilize) o seu potencial transformador, intervindo de forma crítica e construtiva na sociedade. Paralelamente, ainda luta pela minimização de questões corporativas, por uma coletividade que favoreça o desenvolvimento de uma política para a universidade. O grande desafio está na **instituição**, ponto de partida para um projeto acadêmico e científico. Mas qual? Qualquer projeto que resgate o sentido social maior da universidade: produção e divulgação do conhecimento, visando o aprimoramento tecnológico e intelectual da sociedade que a sustenta. Que contemple ensino, pesquisa e extensão em qualidade. Que se digne de méritos.

Os Centros Acadêmicos estão na base de toda representação estudantil. As executivas nacionais, regionais e os Diretórios Centrais de Estudantes mantêm canais de contato com os alunos, mas não há proximidade tão intensa quanto os C.A.s. O cotidiano e as especificidades de cada curso geram estreitamento de relações, manifestando a possibilidade de se apontar mudanças mais abrangentes. Poderíamos caracterizar essa visão com a imagem



de um cilindro afunilado em sua parte central (ver figura em anexo).

Essa explanação dimensiona os parâmetros políticos e ideológicos, bem como a visão acadêmica de que se vale o Centro Acadêmico de Comunicação Social.

No último ENECOM (Encontro Nacional dos Estudantes de Comunicação Social), realizado em São Luís do Maranhão em julho de 1990, foi aprovada a criação da SECUNE (Sub-secretaria dos Estudantes de Comunicação da União Nacional dos Estudantes).

Com a criação da SECUNE, o movimento por melhorias nas Faculdades de Comunicação Social do Brasil se fortalece. A divisão por regiões e a preocupação com a precaridade dos cursos irão, certamente, trazer novos horizontes para a comunicação social no Brasil.

As monografias da FCS/UERJ, por exemplo, são muito pouco divulgadas. O primeiro passo seria colocar as mo-

nografias à disposição de todos os estudantes da universidade.

Dentre as várias propostas da SECUNE, podemos destacar a de integração das habilitações do curso de comunicação social, o que, num futuro próximo, pode vir a dar as Faculdades de Comunicação Social uma posição de destaque dentro da Universidade. Com o fortalecimento dos cursos de comunicação, a divulgação de projetos acadêmicos e científicos pode assumir, de fato, o papel de propulsor da própria universidade.

Vemos o intercâmbio de informações dentro das instituições como uma atribuição dos cursos de comunicação e também a garantia de repercussão e absorção desses projetos pela sociedade, para que a universidade readquira respaldo em sua atuação.

Podem parecer exagero (ou presunção) dar às Faculdades de Comunicação Social uma conotação de tamanha importância. Mas, por se tratar de

uma atividade-meio, a comunicação social é o canal mais qualificado de contato da universidade com os diversos campos sociais. A criação de rádios e televisões universitárias são o exemplo mais claro do poder de influência de que podem se revestir as universidades.

Algumas experiências de rádios universitárias tem sido bastante válidas. As rádios apresentam uma programação alternativa, mostrando o "outro lado" da música e da informação.

Rádio USP, Rádio Universitária da Universidade Federal de Goiás, Rádio Universidade da Universidade Federal do Maranhão são alguns exemplos de emissoras que deram certo. Estudantes e professores, apesar de estarem transmitindo em uma rádio "oficial", trabalham com os movimentos populares e com a perspectiva de democratizar a comunicação.

Os comitês pela democratização da comunicação já começam a atuar junto com o público universitário. Dentro em breve, com a intensificação dessa união, poderemos ter rádios e televisões universitárias e livres espelhadas pelo país.

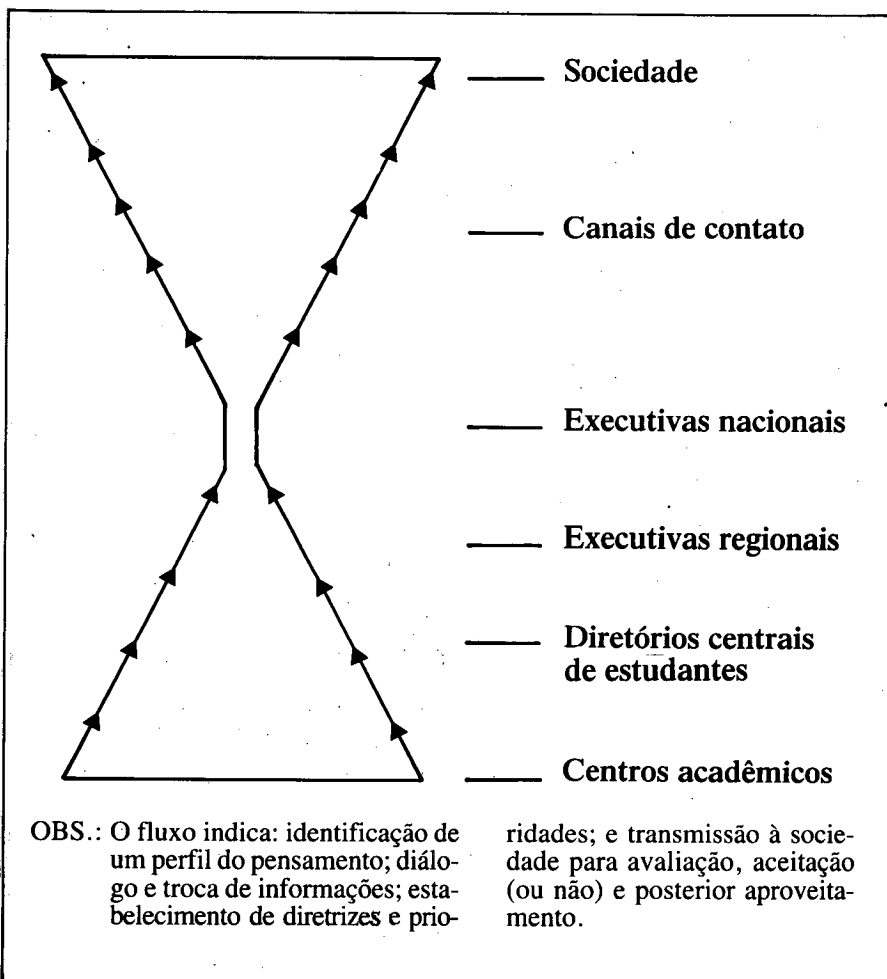
* FLAVIO TAVARES SICILIANO, 20, coordenador do CACOS/UERJ desde 1988, participa do Movimento Estudantil desde 1985, quando tornou-se presidente do Grêmio do Colégio Estadual Pedro Álvares Cabral. De lá para cá, participou de inúmeras reuniões, palestras, debates, passeatas, etc. Hoje, além de coordenador, cuida dos assuntos externos do C.A.

MARCELO LUIZ FICHER, 22, coordenador do CACOS/UERJ desde 1989, participa atualmente dos projetos Audio-UERJ e Núcleo de Memória da Faculdade de Comunicação Social da UERJ. Desenvolve junto com a Prof. Angela Vieira Estves projeto de extensão na área de tributos fiscais e presta Assessoria de Comunicação para a Sociedade de Intercâmbio e Pesquisa com Aplicações Computacionais — SIPAC.

BIBLIOGRAFIA

FERREIRA F., Manoel Gonçalves. in Enciclopédia Saraiva do Direito, n.º 65, Edição Saraiva, 1977.
MACHADO, Arlindo. Magri, Caio e Masagão, Marcelo. RÁDIOS LIVRES: A reforma agrária no ar, São Paulo, Brasiliense, 1987.

Resoluções do 1º Encontro Nacional sobre Rádios Livres, São Paulo, 1980.
Resoluções do 2º Encontro Nacional sobre Rádios Livres, Goiânia, 1990.
Resoluções do XIII Encontro Nacional dos Estudantes de Comunicação Social, João Pessoa, 1989.
Resoluções do XIV Encontro Nacional dos Estudantes de Comunicação Social, São Luís do Maranhão, 1990.



APÊNDICE

1º lugar no VIII Concurso Universitário de Monografias e Projetos Experimentais de Relações Públicas da ABRP — Associação Brasileira de Relações Públicas / Seção Estadual de São Paulo.

Premiada: Eneida Leão Teixeira
Professor(a) Orientador(a): Angela Vieira Esteves
Categoria: Atividades Comunitárias

Resumo

TEIXEIRA, Eneida Leão. **Educação popular como prática de comunicação participatória: um caminho alternativo às relações públicas.** Rio de Janeiro, 1989. 95 p.

Monografia para finalização do curso de Relações Públicas da Faculdade de Comunicação Social da UERJ.

Profº Orientador(a): ESTEVES, Angela Vieira.

Atualmente, é notável a busca do direito à voz pelas classes populares. Estas têm buscado diversas formas alternativas de tornar público os seus pensamentos, já que encontram dificuldades de “espaço” nos grandes meios de comunicação. Considerando-se a crescente formação de diversos movimentos populares, exemplifica-se e estuda-se esta busca. Observa-se o crescente debate em torno dos métodos alternativos de comunicação e educação popular. Configura-se o problema de busca da real cidadania principalmente pelas classes populares, e examina-se a partir de pressupostos defendidos pela educação popular e comunicação participatória, tendo nessa instância dimensionado, ambos processos de modo dialético e dialógico pelo inter-relacionamento dos elementos constitutivos. Neste contexto, surge a atividade de Relações Públicas numa nova dimensão: a atividade à serviço das classes populares.

LOGOS

Orientação Editorial

1. Considerações gerais

1.1 Publicam-se trabalhos dos seguintes tipos:

- a) relatos de pesquisas;
 - b) comunicações sobre pesquisas em andamento;
 - c) artigos, discussões teóricas, revisões críticas de temas de comunicação, educação e afins, debates sobre assuntos controvertidos, relatos de experiências.
- 1.2. As matérias serão apreciadas pelo Conselho Editorial, e o autor receberá comunicação relativa ao parecer sobre seu trabalho. No caso de ele não ser aceito para publicação, os originais lhe serão devolvidos.
 - 1.3. Os textos serão revisados e, se necessário, sofrerão as devidas correções. Em caso de necessidade de alterações, o autor será contactado para fazê-lo.
 - 1.4. A revisão tipográfica é da responsabilidade da equipe da revista.
 - 1.5. Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos autores.
 - 1.6. É permitida a reprodução total ou parcial das matérias desta revista, desde que citada a fonte.

2. Procedimentos Metodológicos

Lista-se abaixo o conjunto de procedimentos metodológicos estabelecidos para o encaminhamento dos artigos:

1. os trabalhos devem ser datilografados em papel A-4, espaço três, 72 batidas por linha, não excedendo 12 laudas (contada a folha de referências bibliográficas);
- 2 — o título do trabalho e o nome do autor, acompanhado da indicação da instituição a que está filiado, devem ser colocados em páginas de rosto separado do corpo do trabalho.;
- 3 — as citações do texto deverão ser acompanhadas do sobrenome(s) do(s) autor(es) e n.º indicativo da respectiva referência bibliográfica (correspondência que deverá ser feita após a conclusão do artigo na folha final, elaboradas de acordo com as normas da ABNT — com indicativo de página e ano de publicação do trabalho citado);
- 4 — a bibliografia consultada (quando for o caso) deve ser apresentada também em conformidade com as normas técnicas da ABNT;
- 5 — as ilustrações, gráficos e tabelas devem ser apresentados em folha separada, no original, como um apêndice ao artigo (apenas para a remessa), com as respectivas legendas e indicação de localização desejável no texto;
- 6 — é desejável a apresentação de um breve curriculum vitae de cada autor (máximo de 5 linhas), em folha separada do corpo do texto;
- 7 — faz-se necessária a entrega do artigo em duas (2) vias.

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS**

Reitor

IVO BIASIO BARBIERI

Vice-Reitor

JOÃO REGAZZI GERK

Sub-Reitor de Graduação

ISAC JOÃO DE VASCONCELOS

Sub-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

REINALDO GUIMARÃES

Sub-Reitor para Assuntos Comunitários

JOSÉ HENRIQUE WITHERS AQUINO

Diretor do Centro de Educação e Humanidades

CELSO PEREIRA DE SÁ

Diretor da Faculdade de Comunicação Social

ROBERTO FONSECA VIEIRA

Chefe do Departamento de Relações Públicas/FCS

RICARDO FERREIRA FREITAS

Coordenadora do Núcleo de Memória-Nume/FCS

ANGELA VIEIRA ESTEVES

EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO GERAL	ANGELA VIEIRA ESTEVES (Revista LOGOS, Projeto SR-3/UERJ)
COORDENAÇÃO DE EDITORAÇÃO	ANGELA VIEIRA ESTEVES MANOEL MARCONDES M. NETO JOÃO PEDRO D. VIEIRA
CONSELHO EDITORIAL	ANGELA VIEIRA ESTEVES MANOEL MARCONDES M. NETO PAULO ALVES BARBOSA RICARDO F. FREITAS ROBERTO F. VIEIRA
CONSELHO CONSULTIVO	ANDRÉ LUIZ DE F. LÁZARO ARTHUR JOSÉ POERNER JOÃO PEDRO D. VIEIRA PAULO SERGIO M. MACHADO SÍLVIO JÚLIO DOS S. NASSAR LUIZ FERNANDO P. SANTOS
EQUIPE DE APOIO:	
● Pesquisa & Documentação	MARIA DO CARMO B. CARVALHO
● Técnico-Pedagógico	MARIA LÚCIA VIEIRA MARTINS (CEFET)
● Assessoria	CLÁUDIA M. M. FRANÇA ENEIDA LEÃO MARCELO LUIZ FICHER SERGIO CELANE PINHEIRO
● Revisão Técnica	LÉLIA MODESTO RODRIGUES CORRÊA ZILKA DE FARIA VIEIRA
● PROJETO GRÁFICO	Prelo Assessoria de Imprensa Rua Alcindo Guanabara, 21 - S. 1512/1513 (RJ) Tel.: 240-8622
CAPA	LIELZO AZAMBUJA
COORDENAÇÃO E REDAÇÃO	Rua São Francisco Xavier, 524 10º andar — Bl. A — S/ 10005 — Campus Universitário 20550 — Maracanã — Rio/RJ Tel.: (021) 284-8322 R. 2312/2257
PATROCÍNIO	Flexor Engenharia e Projetos Ltda.
IMPRESSÃO	Maison Graphique Rua dos Inválidos, 137 - Centro (RJ)

LOGOS — Vol. nº 1 (setembro 1990)
— RIO DE JANEIRO: UERJ: FCS

SEMESTRAL

1. Comunicação. 2. Educação. Periódico.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Comunicação Social — Departamento
de Relações Públicas/Núcleo de Memória

A FLEXOR TAMBÉM PARTICIPA DESTA OBRA

Que relação pode existir entre uma empresa de engenharia e uma Faculdade de Comunicação?

A resposta é: a busca da valorização da espécie humana.

Embora não pareça à primeira vista — a frieza da técnica nem sempre parece combinar com o calor das relações humanas — engenheiros e comunicadores têm objetivos muito próximos nas suas essências. Enquanto os primeiros buscam a proteção e o bem-estar físico das pessoas, os segundos trabalham no sentido de melhorar o nível de interação entre elas. No final os resultados se complementam, na medida em que é difícil uma relação sadia num meio-ambiente desfavorável.

Na sociedade pós-moderna, em que a ameaça da má utilização das máquinas é um fator constante, entendemos que é uma missão dos próprios engenheiros que as criam, dar um passo na direção da volta às origens e resgatar a engenharia humanizada que propiciou os grandes avanços da espécie humana até os dias atuais.

A Flexor — Engenharia e Projetos Ltda., sabe acreditar; e assim evidencia quando flagra o seu apoio a um investimento como a revista LOGOS, que se propõe a colaborar para a valorização do pensamento na área de comunicação e educação. Neste empreendimento universitário, está contribuindo institucionalmente, da mesma maneira como já vem fazendo há muito tempo nas suas atividades empresariais, para aquilo em que mais firmemente acredita: a construção do homem e da sociedade.



FLEXOR - engenharia e projetos Ltda.

A FLEXOR Engenharia e Projetos é uma empresa genuinamente carioca, com nove anos de atuação na área da construção civil e instalações prediais.

Tendo iniciado no ramo de construções bancárias, hoje a FLEXOR atua em saneamento básico e instalações comerciais, possuindo no seu currículo, entre outras obras, o maior laboratório de restauração de papéis da América Latina — o Laboratório do Arquivo Nacional.

“CONSTRUIR UM PAÍS EXIGE UM PROJETO DE EDUCAÇÃO”

- FLEXOR Engenharia e Projetos
 - Agropecuária Água Santa
 - Transportadora C E D
 - Materiais de Construção Rio-Vizeu
 - Conipro Manutenção

